

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MATHEUS CARDOSO RODRIGUES

FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO SOB A ÓTICA DA TEORIA MARXISTA
DA DEPENDÊNCIA: IMPLICAÇÕES PARA A CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA
BRASILEIRA

CURITIBA

2025

MATHEUS CARDOSO RODRIGUES

FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO SOB A ÓTICA DA TEORIA MARXISTA
DA DEPENDÊNCIA: IMPLICAÇÕES PARA A CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA
BRASILEIRA

Monografia apresentada ao curso de Graduação
em Ciências Econômicas, Setor de Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel
em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Caramuru Teles

CURITIBA

2025

TERMO DE APROVAÇÃO
MATHEUS CARDOSO RODRIGUES

FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO SOB A ÓTICA DA TEORIA MARXISTA
DA DEPENDÊNCIA: IMPLICAÇÕES PARA A CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA
BRASILEIRA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas,
Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Economia.

Profa. Dra. Gabriela Caramuru Teles
Orientadora – Departamento de Economia, UFPR

Profa. Dra. Dayani Cris de Aquino
Departamento de Economia, UFPR

Profa. Dra. Marisa Silva Amaral
Departamento de Economia, UFU

Curitiba, 20 de junho de 2025.

Ao trabalhador latino-americano.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o movimento crescente e hegemônico do neoliberalismo e da financeirização e seu impacto na realidade dependente brasileira utilizando das principais categorias teóricas da teoria marxista da dependência, que ditam a dinâmica dependente do capitalismo mundial, as transferências de valor, que no presente trabalho foram escolhidas a troca desigual, a exportação de capitais e o pagamento de juros e remessas de lucros como mecanismos transferidores, e a superexploração da força de trabalho. Para isso, é utilizado debate feito por Ruy Mauro Marini acerca da dependência latino-americana e pelo debate feito pela Marisa Amaral acerca da financeirização no contexto dependente. Foi possível concluir que o neoliberalismo e a financeirização – adotada nesse trabalho como a crescente autonomia garantida ao setor financeiro e no aumento das transações financeiras realizadas pelo capital industrial e comercial – aprofundam as relações de dependência e fazem com que a classe trabalhadora brasileira sofra uma precarização das capacidades de sua reprodução, por meio da destruição de direitos sociais e da seguridade social, com a implementação de diversas contrarreformas, como a trabalhista e a previdenciária.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência; financeirização; neoliberalismo; neoliberalismo no Brasil; dependência.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar el movimiento creciente y hegemónico del neoliberalismo y la financiarización, y su impacto en la realidad brasileña, usando las categorías teóricas de la teoría marxista de la dependencia, las cuales determinan la dinámica dependiente del capitalismo mundial: las transferencias de valor. En este estudio, se han seleccionado como mecanismos transferidores el intercambio desigual, la exportación de capitales, el pago de intereses y las remesas de utilidades, así como la superexplotación de la fuerza de trabajo. Para ello, se retoma el debate de Ruy Mauro Marini sobre la dependencia latinoamericana y el aporte de Marisa Amaral respecto a la financiarización en contextos dependientes. Se concluye que el neoliberalismo y la financiarización —entendida en este trabajo como la creciente autonomía del sector financiero y el aumento de las transacciones financieras realizadas por el capital industrial y comercial— profundizan las relaciones de dependencia. Esto genera un proceso de precarización de las capacidades de reproducción de la clase trabajadora brasileña, mediante la destrucción de derechos sociales y de la seguridad social, con la implementación de diversas contrarreformas, como la laboral y la previsional.

Palabras clave: Teoría Marxista de la Dependencia; financiarización; neoliberalismo; neoliberalismo em Brasil; dependência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 TRANSFERÊNCIAS DE VALOR	12
2.1 TROCA DESIGUAL	13
2.2 EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS	19
2.3 REMESSAS DE LUCROS E PAGAMENTO DE JUROS	25
3 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	31
3.1 EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	31
3.2 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	37
3.3 AS CONSEQUÊNCIAS DA SUPEREXPLORAÇÃO E DA REPRODUÇÃO ATROFIADA	44
4 FINANCEIRIZAÇÃO E HEGEMONIA NEOLIBERAL	50
4.1 CAPITAL FICTÍCIO E O CAMINHO PARA A FINANCEIRIZAÇÃO	50
4.2 FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO	57
4.3 FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL	62
5 CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

A partir da crise do colonialismo, iniciada na Primeira Guerra Mundial e acentuada ao fim da Segunda, é colocado para os pensadores um novo paradigma social e, com isso, uma nova forma de enxergar o período em que viviam. Essa nova era, marcada por concepções de modernidade, deveria ser tratada como um fenômeno universal, com a busca por um estágio social elevado, baseado no liberalismo estado-unidense e inglês. Esse se torna o objetivo final para esses povos.

Com isso, cria-se uma vasta literatura dedicada a entender como realizar esse processo, que recebe o título de “teorias do desenvolvimento”. A principal característica dessas formulações era de olhar para o desenvolvimento dos países como algo não-estrutural do sistema capitalista mundial, em que o subdesenvolvimento seria uma falta de desenvolvimento. Um país subdesenvolvido seria, por consequência, um país que possui um atraso, por conta de obstáculos que existem dentro da dinâmica econômica do país em questão e que poderia superar essa situação para alcançar esse estágio superior. Cabia, então, a política de um país alavancar sua economia e sair dessa situação.

Essa visão é parcialmente adotada pela CEPAL e seus teóricos, em que julgaram que a forma como poderiam sair da situação de subdesenvolvimento seria através da industrialização, superando a pobreza e a desigualdade em relação aos países desenvolvidos. Isso faria, inclusive, com que os países periféricos atingissem independência política e econômica. Vale ressaltar que diversos teóricos dessa tradição, principalmente após Prebisch, reconheceram que a condição de subdesenvolvimento tinha um caráter estrutural, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, José Serra, entre muitos outros, e tiveram avanços na análise social e econômica de grande expressão.

Surge, então, como contraposição a visão desenvolvimentista a teoria marxista da dependência, que defende que o modo de produção capitalista é desigual e excludente de forma estrutural. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são um par dialético, em que um não existe sem o outro, são antagônicos, no sentido de se encontrarem em situações opostas na lógica de acumulação, e, da mesma forma, complementares. A principal dinâmica dessa relação de dependência se encontra na

transferência de valor produzido dentro da economia dependente em direção aos países imperialistas, que faz com que seja observado uma saída significativa de recursos produzidos. A economia dependente capitalista, para garantir sua acumulação baseia sua extração de valor na superexploração da força de trabalho, que, por sua vez, comprime a capacidade de reprodução e de consumo da classe operária, causando diversos problemas, como a insegurança alimentar, desnutrição, menores expectativas de vida, entre diversos outros.

Essa dinâmica passa por uma nova fase do capitalismo mundial a partir da década de 1990, com a estratégia neoliberal de desenvolvimento se tornando hegemônica pela imposição dos países imperialistas aos países dependentes (AMARAL, 2006). Essa nova fase tem como uma das principais características a generalização do movimento especulativo do capital, também chamado de financeirização. Isso afeta ainda mais profundamente os países periféricos, que possuem uma maior vulnerabilidade externa e que são alvo das reformas propostas pelas entidades internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, com abertura comercial, desregulamentação dos mercados, eliminação de subsídios, entre outros. Dessa forma, a economia dependente passa por um processo de regresso do padrão de reprodução capitalista para a exportação de bens primários, escanteando a estratégia de desenvolvimento baseado na industrialização e se atendo as concepções clássicas de vantagens comparativas, exportando alimentos, minérios e matérias-primas. Com isso, a dinâmica dependente das nações periféricas é intensificada, com um maior vazamento da mais-valia produzida internamente, com intensificação da troca desigual, e consequentemente, um aumento do mecanismo compensatório, que é a superexploração da força de trabalho. Isso faz com que essas economias se tornem cada vez mais atrativas para o *outsourcing* via *arm's length* e para os capitais financeiros externos, aumentando a transferência de valor através do pagamento de juros.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a crescente financeirização e hegemonia neoliberal afetam a dinâmica dependente e como tem afetado especificamente o Brasil, analisando brevemente algumas medidas características desse processo, como a contrarreforma na previdência, a contrarreforma trabalhista e a austeridade fiscal, utilizando das principais categorias teóricas da teoria marxista da dependência, que ditam a dinâmica dependente do

capitalismo mundial, para fundamentar o debate, sendo elas as diversas formas de transferências de valor, que no presente trabalho foram escolhidas a troca desigual, a exportação de capitais e o pagamento de juros e remessas de lucro, e o mecanismo compensatório, a superexploração da força de trabalho.

Para isso, é primeiro feito uma exposição das categorias da teoria marxista da dependência. No primeiro capítulo é feito uma exposição acerca das transferências de valor, utilizando principalmente de Ruy Mauro Marini e Karl Marx, para aprofundar acerca das categorias utilizadas e da transferência por meio da troca desigual, e de autores que trabalharam de forma mais ampla as outras formas de transferência elencadas, como a exportação de capitais e remessas de lucros e pagamento de juros.

No segundo capítulo é trabalhado o mecanismo compensatório das economias dependentes, a superexploração da força de trabalho, primeiro definindo o que é a exploração em Marx, para conseguir diferenciar do que é trabalhado como superexploração em Marini. Após debatido ambos, é analisado as consequências diretas da superexploração e da reprodução atrofiada da classe trabalhadora.

Por fim, é trabalhado a atual fase da dependência, com predominância financeira e do neoliberalismo, primeiro trabalhando as categorias que possibilitam uma análise acerca da financeirização, calcadas na concepção de capital portador de juros e capital fictício de Karl Marx. Em seguida é trabalhado o processo histórico da implementação do neoliberalismo e de como abre espaço para que o processo de financeirização ganhe força. Por último, é analisado o caso específico do Brasil em meio à essa nova fase.

2 TRANSFERÊNCIAS DE VALOR

O primeiro passo para a apresentação da teoria marxista da dependência é a definição do que é entendido como dependência e como ela se consolida para os autores desta tradição. Para isso, será apresentado brevemente como ocorre a integração da América Latina na dinâmica do capitalismo mundial, quais se tornaram suas funções dentro da divisão internacional do trabalho e de que maneira esses processos geram a dinâmica capitalista dependente.

A América Latina é inserida na dinâmica do capitalismo mundial no período colonial, no século 16, como um produtor de metais preciosos e gêneros exóticos, sendo essencial para o desenvolvimento do capital comercial e bancário europeu e para o posterior desenvolvimento do sistema industrial europeu (MARINI, 2017, p. 327).

Com o desenvolvimento da indústria e a revolução industrial na Inglaterra, os países latinos tiveram de adaptar sua produção às demandas da metrópole inglesa, produzindo e exportando bens primários e importando manufaturas de consumo, possibilitando uma maior especialização do trabalho em setores industriais europeus e um maior desenvolvimento manufatureiro, pois sem o suprimento de bens agrícolas de origem latina, o incremento da classe operária e o aumento da população urbana ocupada na indústria e nos serviços não seria possível (MARINI, 2017, p. 328). Outra importante função exercida pelas economias latinas foi o de ser provedores de matérias primas industriais, que crescem de importância com o desenvolvimento desse setor nas economias imperialistas e essa função “é também a que se revelará como a mais duradoura para a América Latina, mantendo toda sua importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tenha alcançado em novo estágio.” (MARINI, 2017, p. 328).

Porém, as necessidades das quais a América Latina atende não se limitam aos requisitos físicos e de facilitar o crescimento quantitativo, mas também tem uma função de possibilitar o deslocamento da produção do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo dentro das economias imperialistas, fazendo com que “a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador.” (MARINI, 2017, p. 328). Porém

isso ocorrerá de maneira contraditória para as economias dependentes, em que para possibilitar essa mudança qualitativa na acumulação nos centros capitalistas, é observado uma maior exploração do trabalhador internamente (MARINI, 2017). Com isso, define-se a relação de dependência como,

(...) entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2017, p. 327).

O principal mecanismo estrutural trabalhado por Marini, em *Dialética da Dependência* (2017), no qual a dependência se consolida é através das transferências de valor, que ocorre dos países dependentes para os países imperialistas, em que parte do mais-valor produzido nas economias dependentes é apropriado dentro das economias imperialistas (CARCANHOLO, 2013). Há diversas maneiras pelas quais as transferências de valor ocorrem e no presente trabalho será aprofundado as trocas desiguais, ou o mecanismo de preços de produção, a exportação de capitais e as remessas de lucros e pagamentos de juros.

2.1 TROCA DESIGUAL

Com o desenvolvimento da indústria e o aumento da capacidade produtiva, há um aumento mais que proporcional no consumo de matérias primas, aumentando a importância da América Latina como exportador de matérias primas industriais (MARINI, 2017). Além disso, com o incremento da classe trabalhadora e aumento da população urbana nas economias industriais, se torna de extrema importância o aumento da oferta de bens salário para suprir a necessidade da classe e para que a mudança do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo se realize. Sendo assim, é atribuído aos países latinos a função de ofertar alimentos para as nações industriais (MARINI, 2017).

Isso faz com que o valor da força de trabalho nos países imperialistas diminua, por conta de uma desvalorização dos bens salários, principalmente dos alimentos. Ou seja, há um aumento da mais-valia relativa e, conjuntamente com os incrementos de

produtividade, há uma diminuição do valor do capital variável (v) em relação ao capital constante (c), aumentando a composição orgânica do capital. Esse processo gera uma queda tendencial da taxa de lucro, pois por ser fixada em relação ao capital total adiantado no processo produtivo e a única forma de se gerar mais-valia sendo através da exploração da força de trabalho (capital variável em grande parte), sua diminuição proporcional dentro do processo produtivo acarreta uma queda da taxa de lucro (MARINI, 2017).

Esse processo é trabalhado mais detalhadamente no livro 3 *d'O capital* (MARX, 2017b), em que mantendo-se uma taxa de mais-valia e a jornada de trabalho constantes, as diferentes composições orgânicas do capital e diferenças na produtividade geram diferentes preços de produção e diferentes apropriações de mais-valor. Uma esfera de produção X que tem investimento de capital total de 700, em que 600 representa o capital constante e 100 representa o capital variável (cada uma unidade de capital variável é assumida como igual a um trabalhador), somente “colocará em movimento uma força de trabalho de 100” (MARX, 2017b, p. 182). Com uma taxa constante de mais-valor de 100% e uma jornada semanal de 60 horas, esse capital X irá se apropriar de 3.000 horas de mais-trabalho. Um outro capital Y de mesma grandeza (700), que tem investido 100 de capital constante e 600 de capital variável, irá mobilizar uma força de trabalho de 600. Mantendo as hipóteses anteriores, o capital Y irá se apropriar de 18.000 horas de mais-trabalho (MARX, 2017b). A partir disso, calcula-se a taxa de lucro de cada um desses capitais, em que o capital X , que possui uma composição orgânica do capital maior, tem uma taxa de lucro de 14,3%, enquanto o capital Y , que possui composição orgânica do capital menor, tem uma taxa de lucro de 85,7% (MARX, 2017b).

Como a taxa de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital adiantado no processo de produção, isto é, salários, instalações, maquinário, matérias primas etc, o resultado do aumento da mais-valia tende a ser — sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la — uma queda da taxa de lucro (MARINI, 2017, p. 330).

Outra importante conclusão reside no fato de que, devido às diferentes composições orgânicas do capital e de suas diferentes taxas de lucro, é preciso que

o lucro divirja da mais-valia, pois os preços devem assegurar lucros proporcionais ao capital total investido, não somente referente ao capital variável, garantindo que a divisão do trabalho se mantenha (MARX, 2017b). Assim sendo, o preço pelo qual a mercadoria será vendida será diferente do valor da mercadoria e constituirá o preço de produção, “Os preços que se formam extraíndo a média das diferentes taxas de lucro das diversas esferas da produção e agregando-a aos preços de custo das diversas esferas da produção são os *preços de produção*.” (MARX, 2017b, p. 192).

Com uma taxa média de lucro em uma esfera produtiva, os diferentes capitais irão incrementar ao preço de custo (valor do capital constante consumido somado ao capital variável) a taxa média de lucro, não o valor da mais-valia obtida naquele capital em específico (MARX, 2017b). Isso irá gerar uma diferença entre o valor das mercadorias e o preço real das mercadorias, fazendo com que os capitais que têm um capital variável maior em comparação com outros tenham um prejuízo na relação preço e valor da mercadoria, pois maiores capitais variáveis geram, também, uma massa de mais-valia maior, elevando o valor da mercadoria, porém a taxa média de lucro tende a ser menor que a mais-valia desses capitais, fazendo com que o preço seja menor que o valor real (MARX, 2017b). O inverso também ocorre, capitais com menor capital variável tem um ganho na relação preço e valor da mercadoria, pois geram uma massa de mais-valia menor e tem um preço maior que o valor real (MARX, 2017b).

A partir disso, Marini (2017) irá, inicialmente, apresentar duas maneiras em que ocorre a transferência de valor na economia no âmbito do mercado mundial. Primeiro irá apresentar a transferência de valor intrarramo (em uma mesma esfera de produção), porém que não constitui troca desigual e depois irá apresentar a transferência interramo (em diferentes esferas de produção), que será considerada a troca desigual (MARINI, 2017). Carcanholo (2013) irá adicionar mais um mecanismo de transferência de valor mencionado por Marini, mas não trabalhado tão afundo, que é a de consolidação de monopólios em alguns segmentos de mercado e seu impacto nos preços efetivos de mercado (CARCANHOLO, 2013).

Primeiro, a transferência de valor intrarramo se dá pelo fato de que uma nação pode apresentar uma maior produtividade do trabalho, tendo preços de produção menor que a média, sem que isso cause uma diminuição significativa nos preços de mercado da mercadoria. Para a nação favorecida, isso se apresenta como um lucro

extraordinário, apropriando-se de uma mais-valia para além daquela que produziu, em que esta última é produzida nas nações que tem uma menor produtividade do trabalho, tendo preços de produção maior que a média (MARINI, 2017).

por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário (MARINI, 2017, p. 331).

O autor ressalta que esse fenômeno ocorre principalmente entre nações industriais, mas também se verifica em nações que produzem mais bens primários quando se encontram com relações capitalistas de produção mais desenvolvidas (MARINI, 2017).

Em segundo, a transferência de valor interramo se dá através do aparecimento do lucro extraordinário por meio de setores que possuem uma maior produtividade em relação à média da economia (CARCANHOLO, 2013). Isso faz com que esses setores produtivos vendam suas mercadorias específicas a um preço de produção de mercado superior ao valor de mercado daquela mercadoria, permitindo apropriar-se de mais valor do que efetivamente produziu (MARINI, 2017). A implicação direta disso é que as nações que possuem setores com composições orgânicas menores devem “ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade” (MARINI, 2017, p. 331). Como é observado na dinâmica do capitalismo mundial, os capitais das economias dependentes tendem, de maneira geral, a apresentar composições orgânicas abaixo da média de todos os setores da economia mundial, resultando em uma transferência de parte da mais-valia produzida nas economias dependentes “na forma de um lucro médio superior à mais-valia produzida, pelos capitais operantes nas economias centrais” (CARCANHOLO, 2013, p. 195).

Desta forma, Marini destaca que por meio da troca desigual, as economias de menor produtividade arcam com uma dupla transferência de valor, pois transferem valor intrarramo, por conta da fixação de um único preço de mercado para a mercadoria, que desfavorece as nações com produtividades menores, e transferem

valor interramo, por conta da “substituição dos valores pelos preços de produção como reguladores dos preços de mercado” (ARAUJO, 2024, p.16), que favorecem nações que tem maiores composições orgânicas do capital, por possuírem menores taxas médias de lucro em comparação com a taxa média internacional (MARINI, 2017).

Terceiro e último mecanismo apontado de transferência de valor por Marini e trabalhado por Carcanholo, a consolidação de monopólios afeta diretamente os preços efetivos de mercado (CARCANHOLO, 2013). Quando um capital consolida um monopólio em seu determinado setor e mercado, isso permite que mantenha, em um período determinado, “preços de mercado por sobre os preços de produção de mercado, isto é, permite sustentar temporariamente volumes de produção abaixo das demandas” (CARCANHOLO, 2013, p. 195). Dessa forma, esses capitais podem se apropriar de um lucro efetivo acima do lucro médio, ou seja, podem se apropriar de uma massa de valor da qual não produziu (CARCANHOLO, 2013). Como as economias centrais têm uma tendência de concentração de produção de bens manufaturados que não encontra similar tendência dentro das economias dependentes, há uma transferência de valor das últimas para as primeiras (CARCANHOLO, 2013).

Esses mecanismos se concretizam no nível das relações internacionais de mercado e é possível observar, também, mecanismos de compensação, que tem como resultado uma neutralização parcial ou total da cessão gratuita de valor pelas nações desfavorecidas, tanto no âmbito intrarramo, quanto do interramo (MARINI, 2017). Essas nações dependentes não têm como objetivo corrigir “o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas” (MARINI, 2017, p. 332), mas procuram compensar a perda de renda explicada acima por meio de um maior exploração do trabalhador, com o prolongamento da jornada de trabalho e/ou aumento da intensidade do trabalho (MARINI, 2017). Como demonstrado por Marx (2017b), somente o aumento da intensidade do trabalho consegue efetivamente se contrapor “às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho” (MARINI, 2017, p. 332), por permitir produzir mais valor em um mesmo tempo de trabalho, porém os dois mecanismos aumentam a massa de valor realizada e, conseqüentemente, a quantidade de dinheiro obtida através da troca. Isso é o que explica, “neste plano de análise, que a oferta mundial de matérias primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor

real da produção” (MARINI, 2017, p. 332). Esse funcionamento será explorado mais profundamente no próximo capítulo.

Marini complementa sua obra com um *post-scriptum*, em que melhor aprofunda como se dá a passagem dos preços comerciais baseado no valor das mercadorias para os preços comerciais baseado nos preços de produção, com uma explicação de caráter histórico (MARINI, 2017). Com o desenvolvimento das nações e de suas forças produtivas, observa-se diferentes composições orgânicas do capital, apontando para diferentes graus de exploração do trabalho. Conforme a troca entre as nações se consolida, o autor assinala que há uma tendência de cristalização dos preços comerciais “cujo termo de referência é, para além de suas variações cíclicas, o valor das mercadorias produzidas” (MARINI, 2017, p. 348).

Isso fez com que as economias dependentes tivessem um grau de participação maior no valor global realizado na circulação internacional (MARINI, 2017). Com o desenvolvimento da indústria nas economias centrais, há um aumento na demanda de alimentos e matérias primas e a resposta que as economias exportadoras dão é a de aumentar o emprego e a intensidade da mão de obra, diminuindo sua composição orgânica e aumentando o valor das mercadorias comercializadas, aumentando a mais-valia e o lucro e melhorando os termos do intercâmbio no mercado mundial. Esse processo fez, inclusive, com que as economias latino-americanas tivessem saldos positivos na balança comercial, “que superam os pagamentos por conceito de amortização e juros da dívida externa” (MARINI, 2017, p. 348).

Dessa forma, juntamente com a passagem do capitalismo para uma era imperialista, as nações centrais veem a oportunidade de aferir grandes lucros com a exportação de capital para as economias dependentes. Com forte presença do capital estrangeiro no financiamento, na comercialização, na produção e nos serviços básicos, há um direcionamento dos lucros e da mais-valia obtidos dentro das economias dependentes em direção às economias imperialistas. Esse processo “aponta no sentido de formação de uma taxa média de lucro em nível internacional, liberando, portanto, o intercâmbio de sua dependência estrita em relação ao valor das mercadorias” (MARINI, 2017, p. 349), ou seja, há uma substituição do valor da mercadoria como regulador do preço comercial para dar lugar aos preços de produção como esse regulador (MARINI, 2017).

2.2 EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS

Outro aspecto importante para analisar as transferências de valor das economias dependentes para as economias imperialistas é se debruçar sobre como os processos de industrialização na periferia capitalista passam por uma especificidade determinante ao longo de sua história, que é calcado, principalmente, na transferência de valor através da exportação de capitais. Isso faz com que, por mais significativo que tenha sido o desenvolvimento industrial nos países latinos, nunca chegaram nem perto de se tornarem verdadeiras economias industriais e romperem com as relações de dependência, “Ao contrário, a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação.” (MARINI, 2017, p. 339).

Para melhor explicar esse processo, será preciso aprofundar sob quais bases se dá a economia industrial clássica e como ela se diferencia da economia dependente.

Para a economia capitalista clássica, com a acumulação de capital há a criação, também, de um mercado interno, em que ao separar o produtor dos meios de produção, criou o trabalhador assalariado e, conjuntamente, o consumidor (MARINI, 2017). O que antes era produzido diretamente pelo operário para sua sobrevivência, agora é incorporado ao capital e pago aos trabalhadores em forma de salário. Sendo assim, quanto mais intenso é o processo de acumulação de capital na economia capitalista clássica, maior é a expansão do mercado consumidor e aliado a oferta de alimentos vindo das economias dependentes, maior a parcela do salário do operário que pode ser destinada ao consumo de bens manufaturados (MARINI, 2017). Por conta disso, nessas economias, a produção industrial “concentra-se basicamente nos bens de consumo popular e procura barateá-los, uma vez que incidem diretamente no valor da força de trabalho e portanto (...) na taxa de mais-valia” (MARINI, 2017, p. 339). Como assinalado por Marini, essa é a razão fundamental pela qual as economias capitalistas clássicas devem se orientar para o aumento da produtividade do trabalho.

Já para a economia capitalista dependente latino-americana, esse processo se dá de maneira muito diferente. Os processos de transferência de valor e seus mecanismos de compensação, como a superexploração da força de trabalho, que

comprimem os salários para abaixo de seu valor, fazem com que esse processo que a partir da industrialização encontra um mercado interno capaz de consumir os bens manufaturados não se confirme e dê origem a uma indústria tímida e débil (MARINI, 2017). Os momentos em que essa indústria consegue se ampliar é com fatores externos que suprimem a possibilidade de importação, como crises comerciais, guerras, entre outros. Com isso, sua função não é de criar nova demanda, como percebido nas economias clássicas, mas de atingir uma demanda pré-existente para além de suas fronteiras, onde o salário pago aos trabalhadores permite o consumo de bens que não sejam somente bens-salário. Dessa forma, a indústria na economia dependente se molda as exigências de demanda dos mercados dos países avançados (MARINI, 2017).

Ao contrário do que é observado nas economias clássicas, as economias dependentes se orientam mais intensamente para a superexploração do trabalhador em vez de se orientar à produtividade do trabalho. Isso ocorre pelo fato de que, por conta do perfil do consumo dos produtos manufaturados ser focalizado no exterior, o salário dos trabalhadores não tem grande influência na produção interna. Por não ser um elemento determinante, o valor dos bens manufaturados não determina o valor da força de trabalho, logo não há a busca do capitalista em aumentar a produtividade do trabalho, já que “não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia.” (MARINI, 2017, p. 341). Porém, o capitalista irá buscar aumentos na mais-valia através de maior exploração do trabalhador, seja intensivamente, extensivamente ou através da redução de seus salários abaixo de seu valor. Esses processos não irão criar problemas na esfera de circulação do capitalista, como seria de esperar no caso da economia clássica, por exemplo, já que as manufaturas não são parte constituintes no consumo individual dos operários (MARINI, 2017).

Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores (MARINI, 2017, p. 341).

Outro importante aspecto a ser pontuado é de que a inserção da tecnologia na economia dependente tem um grande obstáculo a superar, que é o baixo valor dos

salários. Para que uma tecnologia seja implementada pelo capital, ela deve ter um custo menor que o custo com os salários dos trabalhadores. Em uma economia dependente, que passa por um processo de superexploração da força do trabalho, com salários abaixo de seu valor, há grandes impeditivos para a implementação da máquinas, pois a força de trabalho é mais barata que a máquina.

A queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede aí a aplicação da maquinaria, tornando-a supérflua e frequentemente impossível do ponto de vista do capital, cujo lucro provém da diminuição não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago (MARX, 2017b, p. 466).

Mesmo assim, certa indústria foi implementada nos países latino-americanos, porém não da mesma maneira que ocorreu nos países centrais, como pontuado anteriormente. Impulsionada pela produção de bens de capital nas economias centrais, a periferia capitalista se tornou um mercado atrativo para a indústria pesada, com grandes lucros a serem aferidos nesses países. Porém o que foi vendido para os países dependentes foram as tecnologias que já estavam obsoletas, por conta da alta concorrência no centro, mas que ainda sim possibilitou certo aumento de produtividade. Essa indústria, por conta dos salários comprimidos e da baixa possibilidade de consumo da classe operária, se direcionou a fabricação de bens suntuosos, consumidos por uma pequena elite nacional e por países centrais que possuem possibilidade de consumo desses artigos (TELES, 2017).

Dessa forma, uma nova divisão internacional do trabalho surge com a industrialização da América Latina, em que é reservado para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial, como a siderurgia, produção de bens agrícolas, entre outros, e para os países imperialistas concentra-se etapas mais avançadas da produção, que utilizam da produção da etapa inferior e aplicam às tecnologias mais avançadas, como a produção de computadores, microchips, exploração de novas fontes de energia, entre outros, além de possuírem o monopólio da tecnologia (MARINI, 2017).

Em suma, o progresso técnico observado nos países imperialistas possibilita um ritmo maior de trabalho do operário, elevando sua produtividade, porém criando a tendência de diminuir seu valor real em proporção ao valor que produz. Para que essa tendência se confirme, a produção deve se ater a bens que compõem o consumo dos

trabalhadores, realizando a produção dos capitalistas produtores de bens manufaturados. Nos países centrais essa tendência se realiza, porém nos países dependentes não há como essa tendência se realizar, por conta da supressão dos salários abaixo dos limites normais, criando um abismo entre o nível de vida dos trabalhadores e das classes que consomem os bens da esfera de circulação mais alta, possibilitando que somente o último possa consumir bens como automóveis, computadores de novas gerações e outros produtos com grande valor tecnológico. Como esses bens não configuram consumo da classe trabalhadora, aumentos na produtividade desses setores, que são mais pujantes tecnologicamente, através de incrementos tecnológicos não podem se traduzir em maiores lucros através do aumento da taxa de mais-valia, apenas através do aumento da massa de valor realizado (MARINI, 2017).

A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor — e portanto de mais-valia — que da taxa de mais-valia (MARINI, 2017, p. 344).

Como resultado desses processos, há uma reaproximação da economia dependente a sua origem na dinâmica do capitalismo mundial de ser uma economia exportadora. Com a combinação de progresso técnico e superexploração da força de trabalho, há restrição do mercado interno, como explicitado anteriormente, se contrapondo a necessidade do capital dependente de realizar massas de valor cada vez maiores. Isso faz com que a economia industrial dependente tenha que contar com um expressivo exército de reserva e seja obrigada a realizar a circulação da esfera alta somente entre a classe média alta e os capitalistas, gerando uma necessidade de expansão para o exterior, centrando parte de sua circulação no mercado internacional, retornando, agora sob diferentes bases, ao “modelo da velha economia exportadora” (MARINI, 2017, p. 345). A exportação de bens manufaturados, essenciais e mercadorias superficiais se tornam, de certa forma, o único possível respiro de “uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afligem.” (MARINI, 2017, p. 345).

Observa-se, também, no processo de industrialização da América Latina, principalmente nos países que conseguiram desenvolver mais profundamente as relações capitalistas de produção industrial, como foi o caso do Brasil, México e Argentina, o fenômeno de exportação de capitais, que assume um forte caráter transferidor de valor e muito mais explícito que a transferência a partir do intercâmbio de mercadorias. “O fluxo de valor das economias dependentes para os centros imperialistas é visível a olho nu – não mais encoberto, oculto, invisível, como ocorria com o comércio exterior.” (LEITE, 2017, p. 230). Entende-se exportação de capitais como “a exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior” (HILFERDING, 1985, p. 296). Para que isso se torne possível, esse capital deve fazê-lo como capital portador de lucros ou de juros (LEITE, 2017). Sendo assim, o capital a que Hilferding se refere é o capital produtivo ou comercial, que é capaz de gerar lucros no exterior, ou o capital-dinheiro, que é capaz de gerar juros também no exterior.

Para que esse processo se realize, o capital busca aplicações rentáveis, seja por meio de investimento estrangeiro direto (IED), investimento em carteiras, compra de derivativos, títulos de renda fixa, entre outros. Ou seja, se incorpora em algum valor de uso durante um período de tempo para que possa captar parte do mais-valor produzido dentro da economia em que se aplica. Esse aspecto evidencia uma diferença importante da troca desigual, que realiza a transferência de valor no instante em que é realizada a troca (LEITE, 2017).

Tendencialmente, os capitais imperialistas se direcionam aos setores produtivos de maior rentabilidade nas economias dependentes, aliando-se às velhas oligarquias (LEITE, 2017). Esse investimento pode gerar um desenvolvimento das forças produtivas nesses setores, com um aumento da produtividade do trabalho, urbanização e proletarianização de trabalhadores, porém não é capaz de superar o padrão de acumulação na dinâmica dependente e nem o “atraso estrutural dessas sociedades, que se manifesta, dentre outras coisas, na marginalização social e na superexploração da força de trabalho” (LEITE, 2017, p. 231), muito pelo contrário, tem a consequência de intensificar o desenvolvimento desigual.

Esses países que recebem IED e que tem um desenvolvimento em suas cadeias produtivas, conferindo maior produtividade, como é o caso do Brasil, assumem uma posição intermediária nas dinâmicas de dependência, chamado por Marini (2017) de subimperialista.

A partir dos anos 1970 e 1980, o capitalismo mundial passa por importantes transformações, fazendo com que a exportação de capitais assuma novas características. Em primeiro momento, ao analisar os dados brutos de IED, percebe-se que a maior parte do fluxo dos investimentos se concentra entre capitais de nações imperialistas, Estados Unidos, Europa e Japão (LEITE, 2017). Porém, com a desagregação dos dados de IED, é revelado que 1) parte significativa é representada por investimentos não-financeiros, que aumenta e mascara o resultado, 2) grande parte do IED é direcionado para fusões e aquisições, ou seja, transferência de propriedade de capital, não sendo direcionado para novos campos, como acontece com economias dependentes, e 3) muitos dos fluxos de IED entre economias imperialistas são direcionados para empresas que realocaram parte de seu processo produtivo para países com baixos salários, em economias dependentes (LEITE, 2017). Esse terceiro ponto é o que irá ser o maior determinante na análise da transferência de valor produzido dentro da nação dependente através da exportação de capitais.

As empresas transnacionais, que possuem sede em nações imperialistas, terceirizam partes ou todo o processo produtivo para empresas sediadas em economias dependentes, em que ambas são empresas juridicamente independentes, mas na prática há uma forte relação de subordinação entre elas. O principal motivador para essa terceirização, também chamada de *outsourcing* via *arm's length* (SMITH, 2016), são, principalmente os baixos salários presentes nas economias dependentes, devido à superexploração do trabalhador. Dessa forma, as empresas-mãe conseguem se apropriar de grandes quantidades de lucro, originário do que aparenta ser uma mera relação mercantil, compram por preços inferiores aos preços que vendem. O que acontece, na realidade, é que, com a presença dessas empresas transnacionais nas economias dependentes, há uma forte pressão para a diminuição de salários e intensificação do trabalho, que já passa por processos similares devido aos mecanismos de compensação por conta de outros processos de transferência de valor, barateando ainda mais a força de trabalho e, conseqüentemente, gerando uma maior massa de mais-valor produzida, que é apropriada pela empresa transnacional através desse contrato de *outsourcing*.

Smith (2016), irá exemplificar esse processo com a venda de camisetas pela marca sueca H&M na Alemanha, que compra as camisetas que vende por €1,35 do

produtor, que está localizado em Bangladesh. Desse valor, €0,40 é direcionado aos Estados Unidos para o pagamento da matéria prima importada, sobrando apenas € 0,95 para ser dividido entre o proprietário da empresa, os trabalhadores, os ofertantes de insumos e serviços e o próprio governo de Bangladesh. Excluindo €0,06 que correspondem ao transporte da mercadoria entre as duas nações, €3,54 são contabilizados como valor adicional pertencente a Alemanha. Uma parte fica com intermediários, que fazem o transporte, a propaganda, entre outros serviços, outra parte fica com o Estado alemão, através do recolhimento de impostos, e outra parte, que corresponde a €0,60 por peça vendida, figura como o lucro da empresa, que é quase dois terços do que a empresa de Bangladesh recebe como pagamento da produção completa da camiseta.

Na América Latina, é facilmente observável esse tipo de exportação de capital com as maquiladoras presentes, principalmente, na América Central, em que todo o processo produtivo, desde as máquinas, as plantas industriais e as matérias primas, são importadas e o consumo da produção só irá se realizar nos países centrais. O processo de transferência de valor é o mesmo do exemplo supracitado (TELES, 2017).

Em síntese, a estrutura produtiva das economias imperialistas e das economias dependentes denotam grandes diferenças quando colocado também sobre o prisma da tecnologia e de incrementos produtivos. Diferente do que se defende por muitas teorias do desenvolvimento, o desenvolvimento do setor industrial não consegue romper com a dinâmica dependente, ao contrário, a reforça e gera mais um mecanismo de transferência de valor, através da exportação de capitais, tendo forte presença na história da América Latina. Porém não somente através do capital produtivo que a exportação de capitais transfere valor, mas também por meio de remessas de lucros e pagamentos de juros, que serão trabalhados a seguir.

2.3 REMESSAS DE LUCROS E PAGAMENTOS DE JUROS

De maneira alternativa à exportação de capitais produtivos, o capital estrangeiro imperialista pode buscar apropriar-se de mais-valor dentro das economias dependentes através de “(i) pagamentos de juros e amortizações da dívida

relacionada à captação de empréstimos no exterior e (ii) pela remessa de lucros e dividendos, bem como o pagamento de *royalties* para o exterior” (AARÃO, 2018). Para que se possa chegar ao processo de transferência de valor em si, primeiro será resgatado as concepções do ciclo do capital em uma economia capitalista e a origem e o movimento do capital portador de juros.

O ciclo do capital, também conhecido como capital-dinheiro, possui três estágios, o primeiro, em que o capitalista compra mercadorias e força de trabalho, convertendo seu dinheiro em mercadoria, passando pelo ato D-M, o segundo, em que é consumido produtivamente a matéria prima e a força de trabalho, passando pelo processo de produção, gerando uma mercadoria de valor maior que seus elementos de produção, e o terceiro, em que o capitalista vende a sua mercadoria, sendo transformada em dinheiro, passando pelo ato M'-D' (MARX, 2017b). Dessa forma, a fórmula do ciclo do capital é a que segue:

$$D-M...P...M' (M+m)-D'(D+d)$$

No final do processo, o capitalista se apropria de D', que é maior que o valor inicial que despendeu para iniciar a produção, convertendo a mais-valia gerada em capital adicional e em consumo individual.

Quando se analisa um capital industrial individual, observa-se as três fases do ciclo do capital em momentos distintos e separados, porém ao analisar o capital industrial como um todo, percebe-se que há simultaneidade entre as diferentes fases, que “para dar continuidade a sua reprodução ampliada, necessita assumir e abandonar as diferentes formas do ciclo simultaneamente e de modo ininterrupto” (AARÃO, 2018). Dessa forma, o processo de produção e apropriação apresenta uma tendência de que surjam diferentes empresas que se especializam nas diferentes funções e fases que o capital assume dentro de seu ciclo. Quando há especialização de empresas na primeira fase, o capital-dinheiro, surge também o capital portador de juros, que é indispensável para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que é personificada na figura do capitalista financeiro, detentor do capital-dinheiro (AARÃO, 2018).

O capitalista financeiro (detentor do capital portador de juros) empresta dinheiro para o capitalista industrial começar seu processo produtivo com o objetivo de se apropriar de uma fração da mais-valia produzida ao final do processo produtivo, denominada de juros. Com isso, o capitalista industrial ativo não se apropria da totalidade da mais-valia produzida em sua indústria, parte é transferida para o capitalista financeiro que emprestou capital-dinheiro para que o processo produtivo pudesse começar. Essa conclusão é de extrema importância para se entender como ocorre a transferência de valor por meio do pagamento de juros (AARÃO, 2018).

Pelo fato de que o capitalista detentor do capital-dinheiro não participa diretamente do processo produtivo, aparenta que a valorização dele se dá a partir de sua própria existência enquanto capital, pois “aparentemente é capital-dinheiro se relacionando consigo mesmo.” (AARÃO, 2018, p. 131). O resultado disso é que essa relação entre o prestador, ou prestamista, e o recebedor do empréstimo, ou prestatário, oculta o processo produtivo que valoriza o capital-dinheiro emprestado, levando o capitalista financeiro a acreditar que a valorização de seu capital reside no fato de que ele é detentor daquele capital. Com isso, ocorre uma separação entre o que o capitalista financeiro se apropria, o juros, e o que o capitalista produtivo se apropria, o lucro do empresário, quando, na realidade, ambos se apropriam de mais-valor expropriado da força de trabalho dentro do processo produtivo, mesmo que em quantidades diferentes.

Por conta dessa aparência que o juro assume, cria-se uma diferença qualitativa entre os diferentes capitais, em que o lucro do empresário aparece como resultado do capital em movimento e sua remuneração se dá por conta da aquisição dos meios de produção e em sua aplicação no processo produtivo, aparecendo ao final do processo como um capital valorizado, incorporado mais-valia (AARÃO, 2018). O juro aparece como uma remuneração pela simples posse do capital e pelo empréstimo ao capitalista ativo. Com isso, há a separação “entre aqueles que representam a propriedade do capital e aqueles que representam a função do capital” (AARÃO, 2018, p. 133).

É nessa divisão entre a função-capital e a propriedade-capital que forma a base para as transferências de valor por meio do pagamento de juros e das remessas de lucros. Como foi trabalhado até esse momento, o prestamista tem a sua renda através do juros quando empresta seu capital-dinheiro para um prestatário aplicar no processo

produtivo. A mesma lógica será aplicada quando se analisa um prestamista estrangeiro vindo de uma economia imperialista, que empresta capital-dinheiro para um prestatário localizado na economia dependente, o qual colocará o capital em movimento e irá gerar mais-valor dentro dessa economia, porém com o pagamento de juros do empréstimo realizado, irá transferir parte da mais-valia produzida internamente para a economia imperialista, pelo simples fato de que o prestamista estrangeiro detêm a propriedade do capital (AARÃO, 2018).

Em primeiro momento, o investimento indireto estrangeiro aparece como uma possibilidade do país dependente de se desenvolver, por contar com uma disponibilidade de financiamento vindo do exterior, porém essa dinâmica acaba por assumir um caráter contraditório que, em vez de atenuar os determinantes da dependência, os acentua. Por conta do pagamento de juros devido ao empréstimo de capital-dinheiro, o desenvolvimento tecnológico da economia dependente se torna profundamente dependente do financiamento estrangeiro para que o processo produtivo possa ter movimento, pois ao final da produção partes cada vez maiores de mais-valia são apropriados pelo prestamista, prejudicando a capacidade do capital dependente de reinvestir dentro da economia e a sua capacidade de autofinanciamento. Com isso, o próprio controle do ciclo produtivo do capital é perdido e passa a depender da conjuntura externa para que possa haver disponibilidade de capital-dinheiro para colocar em movimento o seu processo produtivo (CARCANHOLO, 2013)

A situação concreta das economias dependentes é dada, em momentos históricos específicos, por esses condicionantes estruturais, aliados aos determinantes conjunturais da situação externa: crescimento da economia mundial, que dá as possibilidades de mercados externos para os produtos exportados pelas economias dependentes, definindo as condições de realização do valor produzido pela economia dependente no mercado mundial; e a situação específica do mercado de crédito internacional (CARCANHOLO, 2013, p. 201).

De maneira similar ocorre a transferência de valor através das remessas de lucros, em que deriva dessa mesma disjunção entre a função-capital e a propriedade-capital (LEITE, 2017). Quando uma empresa transnacional decide implantar uma filial e investir diretamente em um país, essa irá utilizar do capital-dinheiro investido pela matriz para explorar os meios de produção e a força de trabalho do país em que se

instala, com o objetivo de gerar mais-valia e lucro bruto ao fim do processo produtivo. Como ocorre com o pagamento de juros, a filial transfere parte de seu lucro bruto produzido dentro da economia em que se instalou para a matriz devido ao fato de que a matriz disponibilizou capital-dinheiro para que a filial pudesse colocar seu processo produtivo em andamento, ou seja, a remessa de lucros enviada parte da separação entre a propriedade do capital investido, que pertence à matriz, e a função-capital, que é praticada pela filial. A relação estabelecida é semelhante com a relação entre prestamista e prestatário, com a diferença de que, nesse caso, o prestatário é parte constituinte da empresa prestamista. Dessa forma, com o investimento direto estrangeiro sob essa estrutura de matriz e filial, em que a matriz se localiza nos centros imperialistas e a filial nas economias dependentes, há um processo de transferência de valor através do envio de remessas de lucros (LEITE, 2017).

Há também com esse tipo de investimento direto e decorrente do que foi trabalhado no subcapítulo anterior, uma outra forma de transferência de valor que se abre, trabalhada por Marini (2012), que é o pagamento de *royalties*. O centro imperialista possui, também, o monopólio da produção dos bens de maior composição orgânica do capital, que incorporam maior quantidade de tecnologia em seu ciclo produtivo. Para que a economia dependente possa produzir bens similares, irá recorrer à compra de capital fixo dos países centrais e da importação de conhecimento para a produção. A contrapartida dessa importação de conhecimento será o pagamento de *royalties*, que funciona como se fosse um pagamento de juros, ao final do processo produtivo, parte do mais-valor produzido será direcionado a esse pagamento, vazando para o exterior.

a indústria manufatureira dos países dependentes se apoia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, por meio do mercado mundial. Por consequência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los. Isso incide, por sua vez, na relação financeira com o exterior, dando lugar aos pagamentos na modalidade de *royalties* ou assistência técnica, que constituem outros tantos fatores de transferência de mais-valia, de descapitalização (MARINI, 2012, p. 31).

Esse processo, assim como os outros trabalhados nesse capítulo, exercem um forte aprofundamento da dependência em todos os aspectos produtivos da economia. O pagamento de juros e as remessas de lucros fazem com que a quantidade de recursos disponíveis para o reinvestimento dentro da economia seja fortemente prejudicada e a capacidade de autofinanciamento dessa nação seja comprometida, vulnerabilizando o processo produtivo à conjuntura externa. O pagamento de royalties e a necessidade de importar maquinário e conhecimento faz com que a nação tenha uma ainda maior dependência tecnológica, em que o controle de seus processos produtivos seja perdido.

3 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Como apontado anteriormente, os processos de transferência de valor geram um problema para a nação dependente, uma apropriação do mais-valor produzido internamente em nações imperialistas, que gera diversas outras complicações para o país. Como reação, os países dependentes tomam medidas em sua estrutura produtiva a modo de compensar essa perda de valor, com aumento do grau de exploração da força de trabalho, aumentando a massa de mais-valia produzida internamente (MARINI, 2017, p. 333).

O objetivo do presente capítulo é explicar os funcionamentos desse fenômeno e debater algumas das consequências diretas dele. Em primeiro lugar será abordado a exploração da força de trabalho trabalhado por Marx (2017a), no subcapítulo 3.1, tratando acerca do surgimento do mais-valor e posteriormente da apropriação da mais-valia gerada. Em segundo, no subcapítulo 3.2 será abordado a superexploração da força de trabalho, utilizando do que foi discutido em Marx (2017) como uma das causas contra-arrestantes da diminuição tendencial da taxa de lucro, e da leitura da Teoria Marxista da Dependência, utilizando principalmente de Marini (2017). Em último lugar, no subcapítulo 3.3, será trabalhado algumas consequências diretas da superexploração da força de trabalho, o divórcio da produção e do consumo, a implicação no desenvolvimento industrial e como podemos analisar a reprodução atrofiada da classe trabalhadora e a superexploração com indicadores.

3.1 EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Um portador de riquezas ao se deparar com seu dinheiro tem duas opções, se tornar um entesourador, com o objetivo de aumentar incessantemente o valor total de sua riqueza através da conservação do mesmo fora de circulação da economia, ou se tornar um capitalista, com o mesmo objetivo do entesourador, porém com a estratégia de lançar sempre o dinheiro novamente em circulação. É por meio dessa estratégia que o capitalista transforma seu dinheiro em capital e coloca seu dinheiro em um processo de valorização do valor (MARX, 2017a, p. 229). Vale ressaltar que o capitalista não colocaria seu dinheiro em circulação e em um processo produtivo caso seu retorno fosse de um para um, ou seja, não colocará em movimento caso, ao final do processo produtivo, receba a mesma quantia que investiu inicialmente. Com isso,

irá buscar colocar seu dinheiro em um processo que possa agregar valor e que resulte em um montante final maior que o montante inicial (MARX, 2017a, p. 263). Dessa forma, somente uma opção se torna válida, que é a aplicação do dinheiro em um processo que produza uma mercadoria por meio do trabalho, visto que a única forma de gerar valor é através do trabalho humano (MARX, 2017a, p. 242). A representação desse processo se dá pela fórmula geral do capital, $D-M-D'$, em que $D' > D$ e “Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplus value*).” (MARX, 2013, p. 227).

Ao analisar esse processo de valorização mais profundamente e buscar a origem desse mais-valor, Marx (2017a, p. 242) primeiro chega à conclusão de que a valorização do valor não poderia ser proveniente do próprio dinheiro investido inicialmente, pois esse somente realiza o pagamento do preço daquilo que compra, e não poderia ter origem na revenda da mercadoria, porque tem somente a função de transformar a mercadoria novamente em forma-dinheiro. Com isso, só resta uma possibilidade dentro do processo que valorize o valor inicial, estando presente na relação $D-M$, através da peculiaridade do que é comprado, a força de trabalho. Sua característica principal é a capacidade de exercer e incorporar trabalho na mercadoria, criando valor e possibilitando a criação do mais-valor (MARX, 2017a, p. 242).

Para que o detentor do dinheiro possa encontrar essa mercadoria a disposição, é preciso que o próprio trabalhador coloque a venda sua força de trabalho (MARX, 2017a, p. 242). Evidentemente, para que ele possa fazer isso, é preciso que também seja proprietário de sua pessoa e de suas capacidades de trabalho. Ao se encontrarem, estabelecem uma relação mútua de possuidores de mercadorias, o detentor do dinheiro possui o dinheiro e se porta como um comprador e o trabalhador possui sua força de trabalho e se porta como um vendedor. Dessa forma, ambas são “pessoas juridicamente iguais.” (MARX, 2017a, p. 242). Para a manutenção dessa relação, é necessário que o trabalhador oferte sua força de trabalho por determinado período, pois caso a venda seja em sua totalidade e por definitivo, deixará de ser um homem livre e se tornará um escravo, rompendo com a relação jurídica fundamental para que o processo de valorização ocorra (MARX, 2017a, p. 243).

Outra importante condição para que o processo ocorra é de que a força de trabalho seja a única mercadoria que o trabalhador pode vender, em que os meios de produzir sua subsistência tenham sido privados da classe como um todo, só podendo

garantir a sua sobrevivência através da renda proveniente da venda de sua força de trabalho. Sendo assim, para que o detentor do dinheiro possa transformar seu dinheiro em capital, é preciso que encontre no mercado um trabalhador livre em dois sentidos: uma pessoa livre e detentora de sua força de trabalho, e uma pessoa sem outras mercadorias a vender a não ser sua força de trabalho, livre de qualquer forma de realizar sua força de trabalho independentemente (MARX, 2017a, p. 244). Vale ressaltar que o surgimento do capital só pode ocorrer quando encontrou no mercado um trabalhador que segue as condições trabalhadas brevemente acima e “anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social produtivo.” (MARX, 2017a, p. 245), em que o detentor de dinheiro se torna capitalista e o detentor da força de trabalho um trabalhador (MARX, 2017a, p. 251).

Na análise desse processo, falta somente aprofundar-se na determinação do valor da mercadoria mais importante para a valorização do valor, a força de trabalho. Seu valor, assim como de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, que neste caso consiste na manutenção e reprodução da vida do trabalhador (MARX, 2017a, p. 245). Para que isso ocorra, ele precisa consumir uma quantidade de meios de subsistência, como alimentos, vestimentas, produtos de higiene, entre outros produtos, logo o tempo de trabalho necessário para sua produção corresponde ao tempo de trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor” (MARX, 2017a, p. 245). Esse valor terá incorporado em suas mercadorias uma quantidade x de horas de trabalho social, que será também a quantidade de horas que o trabalhador terá que trabalhar para poder consumi-los e é a partir dessa funcionalidade que o mais-valor aparece (MARX, 2017a, p. 250).

Marx (2017a) utiliza de um exemplo condizente com sua época e local para melhor ilustrar esse processo e ilustrar a criação de mais-valor e sua apropriação. No presente trabalho será feita uma adequação desse exemplo para melhor condizer com a realidade atual. Vamos assumir que o valor de reprodução da vida do trabalhador corresponda a R\$101,20 (dois salários mínimos dividido por 30 dias), equivalente a dois salários-mínimos diários no Brasil em 2025 e esse seja o equivalente a 4 horas de trabalho social, meia jornada de trabalho. No contrato firmado entre o capitalista e o trabalhador, porém, a contratação corresponde a uma jornada inteira, de 8 horas,

denotando “uma grande vantagem ao comprador, mas de modo algum uma injustiça para com o vendedor” (MARX, 2017a, p. 270), já que, neste exemplo, ao longo de sua jornada, o trabalhador cria o dobro de seu próprio valor (MARX, 2017a, p. 270). O mais-valor surge dessa diferença entre a quantidade de tempo de trabalho social necessário para a reprodução da vida do trabalhador e a jornada de trabalho performada pelo mesmo, sendo resultado “apenas de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho” (MARX, 2017a, p. 274), que é realizada e apropriada no momento da venda da mercadoria produzida. Podemos representar esse processo como $C = c + v$ se transformando em $C' = (c + v) + m$, em que C corresponde ao capital adiantado, c corresponde ao capital constante aplicado na produção, v representa o capital variável contratado para a realização da produção e m representa o mais-valor (MARX, 2017a, p. 290). Assumiremos que o capital total adiantado seja de R\$607,20, em que R\$506,00 representa o capital constante (c) e R\$101,20 o valor gasto com a contratação de um trabalhador. Se neste exemplo o valor de sua força de trabalho equivale a 4 horas de trabalho social, logo trabalhando 8 horas produz o dobro de seu valor, R\$202,40. Sendo assim, o cálculo se torna o seguinte, $C' = (R\$506,00 + R\$101,20) + R\$101,20$, em que $C' = R\$708,40$. Pode-se concluir que a taxa de mais-valor, também chamada de grau de exploração da força de trabalho (MARX, 2017a, p. 289), no exemplo, que é a proporção entre o capital variável destinado a contratação de força de trabalho com a mais-valia produzida, é de 100% (MARX, 2017a, p. 292). Como foi pontuado anteriormente, o capitalista, ao vender a mercadoria produzida, irá receber o valor após o processo de valorização, que é superior ao valor inicialmente investido, se apropriando do mais-valor criado pelo trabalhador. Pouco importa para essa análise em específico o que é feito com o mais-valor apropriado, o ponto chave é denotar que o trabalhador não é pago por todo seu valor produzido.

O capitalista irá sempre buscar formas para aumentar o mais-valor apropriado, aumentando também a exploração do trabalhador, e o fará por duas maneiras diferentes, aumentando o mais-valor absoluto, com o aumento da jornada de trabalho sem aumentos nos salários pagos aos trabalhadores, aumentando consequentemente a quantidade absoluta de mais-valor produzida – coletivamente como decorrência da tecnologia nos ramos de bens salários – e aumentando o mais-valor relativo, que consiste na redução do valor da força de trabalho, com a diminuição

do valor dos bens-salário, resultando em uma diminuição no preço de reprodução da vida do trabalhador. Serão esses mecanismos o foco da última parte deste subcapítulo, que implicam analisar o processo produtivo de um grau de abstração menor, em que o que antes era apenas um processo de transformação entre homem e natureza, com o objetivo final de produzir mercadorias que se valorizem, agora o objetivo da produção está na produção do mais-valor. O trabalhador já não trabalha mais para si, mas para o capital (MARX, 2017a, p. 578).

Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar. (...) Alterando-se sua concepção da natureza do mais-valor, altera-se, por conseguinte, sua definição de trabalhador produtivo (MARX, 2017a, p. 578).

O mais-valor absoluto, como mencionado, tem relação direta com a jornada de trabalho, em que parte da jornada representa o trabalho necessário para a reprodução do trabalhador, enquanto a parte restante representa o “mais-trabalho” (MARX, 2017a, p. 305). Importante ressaltar que não há uma separação clara entre o tempo que o trabalhador destina a sua reprodução e a produção de mais-valor, ao mesmo tempo que produz uma, também produz a outra. Aumentos no mais-valor absoluto implicam necessariamente em aumentos na jornada de trabalho, ou na compressão dos salários abaixo de seu valor, que será de especial atenção no próximo subcapítulo.

Para que, em uma jornada de trabalho fixa, o capitalista se aproprie de uma quantia maior de mais-valor, precisaria fazer com que o trabalho necessário diminuísse, porém isso implica em uma diminuição do valor das mercadorias que compõem suas necessidades para reprodução e, para que isso possa acontecer

É preciso, portanto, que ocorra uma revolução nas condições de produção de seu trabalho. Por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso (MARX, 2017a, p. 389).

Dessa forma, é preciso que ocorra um aumento da produtividade especificamente em setores industriais que produzem as mercadorias de subsistência que compõem o valor da força de trabalho, produzindo mais mercadorias e diminuindo a quantidade de trabalho incorporada individualmente. Isso faz com que ocorra uma diminuição do valor dessas mercadorias, resultando posteriormente em uma diminuição no valor da força de trabalho, que gera uma diminuição relativa da quantidade de trabalho necessário em comparação ao mais-valor. O capitalista se apropria de uma fatia maior da jornada de trabalho, sem que ocorra um aumento dela. A isso se dá o nome de mais-valor relativo, pois a alteração na quantidade de mais-valor apropriado pelo capitalista se dá pela diminuição do valor da força de trabalho em comparação ao capital total adiantado.

Esse segundo mecanismo tem um funcionamento que faz com que o capitalista tenha um forte motivador para incrementar a produtividade em seu processo produtivo, que o permite se apropriar de uma terceira forma de mais-valia, a mais-valia extraordinária. Com o aumento da produtividade em uma indústria específica, a mercadoria que antes tinha um valor, passa a ter um valor menor. Porém nada impede o capitalista de vender a sua mercadoria ao valor social dela, ganhando uma vantagem em relação aos outros capitalistas do mesmo ramo. “o capitalista que emprega o método de produção aperfeiçoada é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção” (MARX, 2013, p. 393). Esse mais-valor é temporário, desaparece quando esse incremento de produtividade se universaliza no ramo produtivo, decorrente da competição entre os capitalistas. Essa possibilidade e o mais-valor relativo geram um “impulso imanente e a tendência constante do capital a aumentar a força produtivo do trabalho para baratear a mercadoria e, com ela, o próprio trabalhador” (MARX, 2017a, p. 394).

Para as outras mercadorias que não compõem a reprodução do trabalhador, o capitalista pouco se importa com o valor absoluto dela, somente se interessa no mais-valor que está incorporado e que será realizado no momento da venda. Logo, sua grande preocupação não está em incrementar a produção com o objetivo de reduzir a jornada de trabalho, visto que o que antes era produzido em 8 horas pode agora ser produzido em 6, por exemplo, mas tem como objetivo a redução do tempo de trabalho necessário para produzir aquela quantidade de mercadorias (MARX, 2017a, p. 395),

aumentando a sua apropriação de mais-valor produzido. Para o capitalista, a mais-valia relativa não possui papel determinante nas decisões dele, pois não é consciente dela, mas busca o aumento da mais-valia absoluta e a extraordinária (MARX, 2017a, p. 395-396).

Uma outra possibilidade para o capitalista aumentar sua apropriação de mais-valor é o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, questão essa que aparece para Marx (2017b) como uma causa contra-arrestante da diminuição tendencial da queda da taxa de lucro e que tem especial atenção na obra de Marini (2017), em que irá trabalhar mais profundamente como uma dinâmica própria da dinâmica dependente capitalista, que será trabalhado no próximo subcapítulo.

3.2 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Os mecanismos de transferência de valor trabalhados no capítulo anterior têm uma direta implicação no funcionamento da dinâmica dos capitalistas presentes no país dependente, em que há uma diminuição de sua apropriação de mais-valor. Porém, o capitalista dependente busca maneiras de compensar essa perda de mais-valor e uma das maneiras que o faz é através da compressão dos salários abaixo do seu valor, aumentando a mais-valia produzida “através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 2017, p. 333), como ocorre nos países imperialistas. Marx trabalha essa possibilidade como um acontecimento excepcional e que ocorre em momentos específicos do desenvolvimento capitalista, porém, para Marini, esse funcionamento é observado nos países da América Latina como estrutural e fundamental para a manutenção da dinâmica dependente (TELES, 2017, p. 63). Esse será o objeto de estudo do presente subcapítulo.

Marini começa seu capítulo pontuando alguns dos mecanismos dos quais a economia dependente compensa a perda de mais-valia decorrente da dinâmica capitalista mundial, acontecendo de forma isolada ou combinada (MARINI, 2017, p. 333). Os três mecanismos, aumento da intensidade do trabalho, aumento da jornada de trabalho e redução do consumo do operário além de seu limite normal – abaixo do valor de reprodução –, operam conjuntamente para a maximização dos lucros – chamado de exacerbação do afã por lucro pelo autor – e para aguçar a extração de

mais-valor na produção interna, se tornando um perfil característico das economias latino-americanas.

Pois bem, os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam (MARINI, 2017, p. 334).

As atividades exercidas na maior parte da América Latina a que Marini se refere é a indústria extrativa e a agricultura, em que aumentos no trabalho pouco impactam os elementos do capital constante empregados na produção, onde a simples ação do homem sobre a natureza é capaz de aumentar a riqueza, sem a necessidade de adicionar capital (MARINI, 2017, p. 334). Isso faz com que essa atividade produtiva seja baseada, principalmente, em um uso intensivo e extensivo da força de trabalho empregada e “isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.” (MARINI, 2017, p. 334).

Marini faz uma importante ressalva acerca de uma característica comum entre os três mecanismos de compensação citados, que é a negação da capacidade mínima necessária para que o trabalhador possa reproduzir a sua vida e repor o desgaste de sua força de trabalho. O aumento da intensidade do trabalho e o aumento da jornada aumentam também a quantidade de trabalho que o operário terá que exercer, sendo maior do que é esperado normalmente, causando um esgotamento prematuro e a redução do consumo do trabalhador além de seu limite normal faz com que não seja possível consumir nem o “estritamente indispensável” (MARINI, 2017, p. 334) para sua reprodução básica e para manter conservado sua força de trabalho (MARINI, 2017, p. 334). Dessa forma, o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e, como o autor conclui, corresponde a uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 2017, p. 334), uma exploração da força de trabalho para além de seus limites normais.

Esse processo é intensificado por outros mecanismos que operam dentro das economias dependentes. Um de grande importância e que garante a manutenção e

intensificação da superexploração é a produção de um exército industrial de reserva cada vez maior dentro da periferia capitalista (AMARAL, 2006, p. 51). Entende-se como exército industrial de reserva a superpopulação relativa criada dentro da economia dependente decorrente do processo de acumulação e desenvolvimento do capital, que se torna, também, uma forma necessária para a alavancagem da acumulação capitalista e fundamental para o modo de produção capitalista (MARX, 2013), impedindo que os salários cresçam junto com o desenvolvimento do capital e possibilitam o capitalista pagar salários para os trabalhadores abaixo de seu valor por períodos indeterminados.

Isto ocorre justamente porque a parte desempregada da classe trabalhadora que forma o exército de reserva exerce pressões sobre a parte empregada desta mesma classe – o que fica evidente quando se observa a concorrência entre ambas –, deixando àqueles que estão efetivamente empregados a forte possibilidade de se verem instantaneamente desempregados num período subsequente, tendo em vista que há um grupo enorme de pessoas disposto a ingressar no mercado de trabalho a salários inclusive inferiores aos vigentes; tudo isto para que possam se ver livres, ainda que temporariamente, do desemprego tão característico e mesmo funcional a esse modo de produção capitalista. Sendo assim, os que se encontram na categoria de empregados se vêem sujeitos ao trabalho excessivo e aos ditames do capital, de modo que a exploração a que se submetem é a fonte mesma de enriquecimento da classe capitalista como um todo e de cada capitalista individualmente (CARCANHOLO & AMARAL, 2007, p. 6).

Para que esse conceito possa ser relacionado ao de superexploração da força de trabalho mais profundamente, é preciso esclarecer sua origem e funcionalidade no processo de acumulação e desenvolvimento capitalista.

Mantendo-se contante a composição orgânica do capital, o crescimento do capital implica em um aumento também de seu componente variável, correspondente a força de trabalho, decorrente de parte do mais-valor produzido dentro do processo produtivo transformado em capital adicional (MARX, 2017a, p. 689). O resultado disso é que a demanda por trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores irão crescer proporcionalmente ao aumento do capital e “tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresça este último [capital]” (MARX, 2017a, p. 690). Por conta do capital adicionar um mais-valor e adicionar a seu capital original anualmente, por conta desse aumento ser cada vez maior, devido ao aumento de capital em movimento, e por conta do “acicate particular do impulso do enriquecimento” (MARX, 2017a, p. 690),

as necessidades de contratação de trabalho para colocar o adicional capital em movimento podem ultrapassar a oferta de força de trabalho, acarretando uma pressão para aumentos salariais (MARX, 2017a, p. 690). Dessa forma, a reprodução em escala ampliada reproduz a própria relação capitalista, com capitalistas cada vez maiores e com cada vez mais assalariados, em que “Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2017a, p. 690), e o trabalhador assume a posição de produzir o capital e “(...) ao mesmo tempo, é dominado e se subordina ao seu próprio produto. Ou seja, é criador e escravo de sua própria criatura; é criador e escravo do capital.” (CARCANHOLO & AMARAL, 2007, p. 5). Essas passagens deixam evidente que o possível aumento salarial decorrente da ampliação do capital e seus desdobramentos não libertam o trabalhador de seus grilhões, apenas tornam mais leves e menos constringentes.

Porém, o que é observado no processo de ampliação do capital é, na verdade, não somente um simples aumento quantitativo do capital total mantendo suas proporcionalidades entre capital constante e capital variável, mas há uma contínua alteração qualitativa dentro de sua composição, em que há, ao longo desse processo, um acréscimo constante de capital constante à custa do capital variável, decorrente do processo de centralização do capital (MARX, 2017a, p 703-704). Conforme capital é adicionado, atrai cada vez menos trabalhadores proporcionalmente a seu volume e o capital original, com cada período de acumulação, repele cada vez mais trabalhadores que antes empregava (MARX, 2017a, p. 704). Por conta desse funcionamento, essa acumulação produz constantemente uma população trabalhadora que não encontra demanda para sua força de trabalho, se tornando excessiva para as necessidades de valorização do capital, ou seja, se torna supérflua (MARX, 2017a, p. 705).

“(...) em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital e, portanto, do número de trabalhadores ocupados, vincula-se sempre a violentas flutuações e à produção temporária de superpopulação, quer esta adote agora a forma mais notória da repulsão de trabalhadores já ocupados anteriormente, quer a forma menos evidente, mas não menos eficaz, de uma absorção mais dificultosa da população trabalhadora suplementar mediante os canais habituais.” (MARX, 2017a, p. 705-706).

A criação de uma superpopulação se torna uma importante alavanca de acumulação e um condição necessária para o funcionamento do modo de produção

capitalista. Essa constitui um exército industrial de reserva (EIR) disponível para atender as necessidades variáveis do capital, sempre pronta para ser incorporada no processo produtivo e para ser explorada (MARX, 2017a, p. 708), que independe do nível de crescimento da população. Esse EIR exerce uma pressão sob os trabalhadores empregados que impedem um crescimento contínuo dos salários e que garante maiores apropriações de mais-trabalho por parte dos capitalistas, pois introduz a possibilidade de reposição imediata para a força de trabalho atualmente empregada, visto que há um significativo grupo de pessoas dispostas a ingressar no mercado de trabalho com os salários vigentes e até com salários menores aos vigentes. O que pode ocorrer por conta de um grande EIR, inclusive, é a compressão dos salários abaixo de seu valor. O efeito disso é que os trabalhadores empregados têm de suportar o trabalho excessivo e os ditames do capital (CARCANHOLO & AMARAL, 2007, p. 6).

A superpopulação trabalhada por Marx aparece de quatro formas diferentes, a flutuante, que corresponde ao desemprego temporário e friccional, onde os trabalhadores ora são repelidos, ora são atraídos, a depender do ciclo industrial, a latente, que diz respeito a repulsão que ocorre na produção agrícola por conta da permeação da produção e acumulação capitalista, a estagnada, que corresponde a camada da população que são ocupados de forma irregular, como o subemprego e trabalhos precarizados, que tem a característica principal de trabalhar ao máximo e serem pagos ao mínimo, e o estado de pauperismo, que corresponde a pessoas que se encontram em situações de miséria e extrema miséria, pertencentes ao lumpemproletariado e que contribuem para a manutenção do EIR e para o funcionamento da dinâmica capitalista. Marx ainda conclui que

“Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é lei geral, absoluta, da acumulação capitalista*” (MARX, 2017a, p. 719-720).

O EIR permite ao capitalista exercer a superexploração da força de trabalho, tanto das formas de aumento da mais-valia absoluta, aumento da intensidade do trabalho e extensão da jornada de trabalho, quanto da forma de aumento da mais-valia relativa, compressão dos salários abaixo de seu valor, fortalecendo rigorosamente a acumulação capitalista (AMARAL, 2006, p. 52-53). As condições estabelecidas e o pagamento de salários incapazes de garantir a reprodução minimamente plena da classe trabalhadora só são possíveis, pois caso o trabalhador empregado decida recusar se submeter a essas condições, haverá um massivo EIR disposto a trabalhar sobre essas condições.

Amaral (2006) também argumenta que o EIR tem uma relação direta com as taxas de lucro dos capitalistas, em que o engrossamento do EIR gera uma contratendência a lei da queda tendencial da taxa de lucro, gerando a possibilidade para o capitalista de diminuir a queda de sua taxa de lucro e possibilitando auferir lucros maiores. Esse processo ocorre justamente por criar uma grande pressão de baixa de salários, fazendo com que o capitalista tenha seus custos de produção muito diminuídos, principalmente em países dependentes, onde o EIR é muito significativo e a composição orgânica do capital é muito baixa, fazendo com que o custo de se produzir algo seja muito mais relacionado ao preço da força de trabalho do que da maquinaria.

Teles (2021) oferece uma visão alternativa para se pensar o porquê a superexploração da força de trabalho se consolida e se torna o *modus operandi* da economia dependente latino-americana. Diferentemente de Marini, que defende que esse processo ocorre por conta de uma necessidade de compensação da perda de valor nos processos de troca desigual e pelos outros meios de transferência de valor, Teles (2021) aponta que a superexploração da força de trabalho assume uma posição central no processo produtivo da América Latina por conta do alto EIR presente nesses países decorrente do processo de acumulação primitiva de transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente e pela baixa composição orgânica do capital decorrente da barata mão de obra, ponto que já foi trabalhado anteriormente.

Contudo, devemos compreender que a superexploração do trabalho não “compensa” as transferências de valor e capital, mas decorre de um cenário de alto exército de reserva pela acumulação primitiva de transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente, pela cristalização de aumento da composição orgânica dos países centrais com o escravismo colonial e pela estratégia de sobrevivência dos capitais nacionais na concorrência internacional. Marini parece usar a “compensação” para explicar a sobrevivência dos capitais de baixa composição diante da concorrência internacional. Contudo, nos parece que exatamente a historicidade da América Latina com alto exército de reserva e baixa composição orgânica apresentam em Marx a diferença da superexploração possível no capitalismo como um todo, em relação a superexploração na América Latina, como descrevemos (TELES, 2021, p. 178).

É possível observar essa grandeza do EIR no Brasil com estudos como o de Granato & Germer (2013), em que realizaram um levantamento de dados utilizando a PNAD com o objetivo de mensurar tanto o EIR total quanto os diferentes tipos trabalhados por Marx. O estudo demonstrou que durante a década inteira de 2000 – 2010 o Brasil teve dentro de sua economia um EIR superior a 50% de toda a população em idade ativa, um número muito significativo e que tem um efeito massivo dentro da economia brasileira. Também é possível observar essa tendência com o que ocorreu no México com a criação de amplas reservas industriais de mão de obra indígena ou com os grandes movimentos migratórios europeus no século passado na América do Sul, aumentando constantemente a massa de trabalhadores disponíveis para o capital (MARINI, 2017, p. 338).

Em suma, a superexploração da força de trabalho se diferencia da exploração da força de trabalho, pois na simples exploração o trabalhador recebe em sua totalidade o valor de sua força de trabalho, enquanto na superexploração há uma compressão do que lhe é pago abaixo de seus limites normais, remunerando precariamente a classe operária, dificultando e impedindo a sua reprodução plena. Marx aponta a sua existência como uma medida contra-arrestante da queda das taxas de lucro, porém que ocorre de maneira temporária e esporádica. Para Marini, a superexploração é estruturalmente definida dentro da economia dependente, é a maneira pelo qual o modo de produção capitalista se consolida dentro da América Latina. Para ele, é impossível o capitalismo dependente operar de outra maneira que não essa, por conta da perda de valor decorrente dos processos de transferência de valor e a necessidade de compensação. A plausibilidade da superexploração se dá na construção de um grande EIR na periferia, sempre pressionando os salários para baixo e possibilitando a precarização da reprodução do trabalhador.

Esse processo tem diversas implicações na economia dependente, que serão trabalhados no próximo subcapítulo, como o divórcio entre a produção e consumo, decorrente do pagamento de salários abaixo de seu valor e a reprodução atrofiada da classe trabalhadora.

3.3 AS CONSEQUÊNCIAS DA SUPEREXPLORAÇÃO E DA REPRODUÇÃO ATROFIADA

Como já trabalhado anteriormente, a América Latina tem seu desenvolvimento do modo de produção capitalista baseado na superexploração da força de trabalho, sendo essa a essência de sua dependência. Sua existência é pautada para atender as demandas e exigências dos países imperialistas e a realização de sua produção é centrada no mercado mundial, não dependendo da capacidade interna de consumo e não o poderia, visto que sua classe trabalhadora recebe salários abaixo do mínimo para a reprodução plena de sua vida, impedindo que consuma aquilo que é produzido (MARINI, 2017, p. 337). Ocorre, então, uma separação - ou divórcio - entre a produção e o consumo, mesmo ambos serem parte fundamental do ciclo do capital, fazendo surgir uma contradição dentro da economia dependente.

Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias — cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2017, p. 337).

Quando é analisado a economia imperialista, em que a produtividade do trabalho é o foco da acumulação e da apropriação de mais-valor, o trabalhador assume um duplo caráter, o de produtor e de consumidor. Seu consumo individual se torna um fator de extrema importância na criação de uma demanda para o que é produzido e se torna condição necessária para que a produção seja realizada por meio do fluxo de circulação. Marini complementa acerca da questão da fixação dos salários dos trabalhadores e sua relação com a dinâmica de incremento de produtividade,

Por meio da mediação que se estabelece pela luta entre os operários e os patrões em torno da fixação do nível dos salários, os dois tipos de consumo do operário tendem assim a se complementar, no curso do ciclo do capital,

superando a situação inicial de oposição em que se encontravam. Essa é, ademais, uma das razões pelas quais a dinâmica do sistema tende a se canalizar por meio da mais-valia relativa, que implica, em última instância, o barateamento das mercadorias que entram na composição do consumo individual do trabalhador (MARINI, 2017, p. 337).

No caso das economias exportadoras latino-americanas, esse processo ocorre de maneira diametralmente oposta. Por conta da característica dessas economias da separação entre o âmbito da produção e do consumo, sendo realizado no mercado externo, o consumo individual dos trabalhadores dentro dessa economia pouco interfere na realização do produto, mesmo que influencie e determine a taxa de mais-valor (MARINI, 2017, p. 337). Se torna, assim sendo, uma tendência natural do sistema capitalista dependente explorar além dos limites normais a classe operária, sem que haja uma preocupação na manutenção de condições de reprodução da vida desse trabalhador, até porque o massivo EIR trabalhado no subcapítulo anterior garante a reposição quase imediata do trabalhador que sofrer alguma consequência mais grave da reprodução atrofiada decorrente da superexploração.

O resultado disso é um ciclo de capital que tende sempre a reproduzir, em escala ampliada, a dependência em relação à economia internacional (MARINI, 2017, p. 338). O perfil do capital dependente exportador tem o efeito direto de, as custas do consumo individual dos trabalhadores, deprimir a demanda interna e de transformar o mercado mundial na única possível solução para a produção. Isso permite o capitalista a construir suas expectativas de consumo sem influência direta da produção interna, tendo que satisfazê-las por meio de importações (MARINI, 2017, p. 338). Surge desse processo de separação entre o consumo pelo assalariado e do consumo pelo capitalista uma estratificação do mercado dentro da economia dependente, que também é uma diferenciação nas esferas de circulação. Cria-se uma esfera baixa, ocupada pelos trabalhadores, que seu consumo, mesmo que muito restrito, se baseia em mercadorias produzidas internamente, e uma esfera alta, ocupada pelos capitalistas, que seu consumo se baseia principalmente em mercadorias produzidas externamente, adquiridas por meio de importações (MARINI, 2017, p. 338).

Esse funcionamento terá grande implicação no desenvolvimento industrial latino-americano, que não poderá se voltar para o mercado interno e terá que partir das bases criadas pelo foco em exportação.

Antes de trabalhar a questão industrial decorrente da superexploração da força de trabalho, é preciso analisar como a superexploração impacta a reprodução do próprio trabalhador. Podemos utilizar alguns indicadores para ilustrar bem como essas condições fazem com que o trabalhador tenha uma qualidade de vida muito inferior em relação ao centro e tenha uma reprodução atrofiada. 1) os níveis de desnutrição e insegurança alimentar dão fortes indícios de que a reprodução do trabalhador não está podendo ser feita de forma completa, como é possível observar ao analisar a PNAD Contínua de 2023, base de dados fornecida pelo IBGE, em que no Brasil no ano de 2023 27,6% dos domicílios brasileiros pesquisados apresentavam algum tipo de insegurança alimentar e no ano de 2022, 2.754 internações de bebês menores de 1 ano por desnutrição, sequelas da desnutrição e deficiências foram registradas no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em média sete internações por dia devido a desnutrição, em que a pobreza é apontada como o principal fator para a desnutrição, demonstrando que a renda das famílias trabalhadoras está gerando uma reprodução atrofiada que é passada, inclusive, para as crianças (DAMASCENO et al, 2024); 2) a expectativa de vida nos países latino-americanos em relação aos países centrais, em que os países latino-americanos tem uma expectativa de vida menor de aproximadamente 10 anos quando comparado a países imperialistas, de acordo com dados disponibilizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), decorrentes da maior intensidade e extensão da jornada de trabalho e por conta da reprodução atrofiada que ocorre nos países dependentes, fruto da superexploração da força de trabalho (TELES, 2021, p. 203-204); 3) a diferença dos salários médios recebidos e o indicado como suficiente para a reprodução plena, indicado pelo DIEESE, onde o rendimento mensal médio real das pessoas de 14 anos ou mais, segundo a PNAD contínua, é de R\$2.979,00 e o salário mínimo necessário apontado pelo DIEESE para uma família de 4 pessoas (2 adultos e 2 crianças) é de R\$7.398,94. A diferença fica ainda maior quando se analisa o salário mínimo nominal do mesmo período, que é de R\$1.518,00, impedindo à classe trabalhadora a capacidade de ter uma reprodução plena; 4) e o tamanho da jornada de trabalho em relação aos países do centro, onde a diferença é muito significativa, no México a média de horas trabalhadas em 2022 é de 2.226 anuais, na Colômbia é de 2.297 horas, no Chile é de 1.966 horas, enquanto temos a média de horas trabalhadas anuais no ano de 2022 na Alemanha de 1.347 horas, na França de 1.501 horas, no Reino Unido de 1.531 horas, com todos esses dados retirados da OCDE. Os países dependentes têm uma jornada de trabalho muito

mais extensa, o que necessitaria um salário muito maior para sua reprodução, o que foi apresentado não ser verdadeiro. O desgaste proveniente de uma jornada de trabalho maior, não está sendo repostado de forma plena.

O desenvolvimento industrial na América Latina estará condicionado por essas características e pelas relações de dependência, sendo diametralmente oposta ao desenvolvimento industrial imperialista. Ao analisar as economias imperialistas e seu desenvolvimento industrial, é possível observar que os acontecimentos que transformaram o pequeno camponês em operário assalariado e que transformaram os seus meios de subsistência e de trabalho em capital criaram, para este, o mercado interno, ou seja, a separação do trabalhador dos meios de produção criou além do assalariado, o consumidor da produção interna (MARX, 2017a, p. 818), “De fato, os meios de subsistência do operário, antes produzidos diretamente por ele, são incorporados ao capital, como elemento material do capital variável, e só são restituídos ao trabalhador quando este compra seu valor baixo a forma de salário.” (MARINI, 2017, p. 339). Isso faz com que o ritmo de acumulação capitalista e a expansão do mercado estejam intimamente conectados e a possibilidade de obter alimentos a preços baixos no exterior faz com que essa relação estreite ainda mais, pois permite que o trabalhador aloque uma parcela maior de sua renda na compra de produtos manufaturados. Esse é o motivo pelo qual a produção industrial nesses países foca na produção de bens populares e busca sempre barateá-los, visto que esses produtos incidem diretamente sobre o valor da força de trabalho e, conseqüentemente, na taxa de mais-valor (MARINI, 2017, p. 339-340).

Outra consequência desse processo é de que o consumo individual dos capitalistas aumenta devido ao aumento da acumulação, ampliando também a sua esfera de circulação, que impulsiona não só a produção de bens manufaturados, mas também da produção de artigos supérfluos (MARINI, 2017, p. 340). As esferas de circulação na economia imperialista se assemelham as da economia dependente, com a diferença substancial de que, como defende Marini,

(...) a expansão da esfera superior é uma consequência da transformação das condições de produção e se torna possível à medida que, aumentando a produtividade do trabalho, a parte do consumo individual total que corresponde ao operário diminui em termos reais. A ligação existente entre

as duas esferas de consumo é distendida, mas não se rompe (MARINI, 2017, p. 340).

Dentro desse processo, a desvalorização dos alimentos proveniente da grande oferta dessas mercadorias pela produção latino-americana e a possibilidade de apropriação e redistribuição do excedente produzido pela economia dependente fazem com que ocorra uma ampliação dos salários reais e, conseqüentemente, do consumo individual dos trabalhadores, aliviando os problemas gerados dentro da esfera de circulação dos países imperialistas.

Ao olhar para o desenvolvimento industrial dependente, esse processo ocorre sobre bases muito diferentes. Por conta da superexploração da força de trabalho e da repressão do consumo individual dos trabalhadores, apenas se torna possível o desenvolvimento de uma indústria débil, altamente dependente de fatores externos para sua ampliação, como crises comerciais, situações conjunturais e limitações do excedente de balança comercial, que tem o efeito de dificultar o acesso da esfera alta dessas economias para o consumo de importações de artigos supérfluos (MARINI, 2017, p. 340). Dessa forma, a indústria que se instala e se desenvolve nos países dependentes “não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados.” (MARINI, 2017, p. 340), em que a demanda dos trabalhadores por mercadorias produzidas não tem um papel significativo no desenvolvimento industrial da América Latina. Também será característico desse desenvolvimento não haver uma clara e imediata razão para que ocorra uma ampliação de mercado e ocorrerá, inclusive, um movimento de aumento de margem do preço de mercado sobre o preço de produção, aumentando a massa de lucro decorrente do preço unitário do produto. Isso fará com que o capitalista force um aumento dos preços, com uma igual pressão para abaixar os preços de produção, que decorrem principalmente do salário dos trabalhadores, por conta da composição orgânica do capital ser baixa, diminuindo, então, os salários dos últimos.

Esse processo ilustra de maneira muito enfática como a própria produção capitalista baseada na superexploração da força de trabalho cria as condições para

que essa se reproduza da mesma maneira, reproduzindo também seu modo de circulação correspondente a essa acumulação.

Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical (MARINI, 2017, p. 341).

A implicação direta é de que a produção não entra dentro da composição do consumo do trabalhador, logo a produção é independente das condições de salário dos trabalhadores.

4 FINANCEIRIZAÇÃO E HEGEMONIA NEOLIBERAL

O presente capítulo tem o objetivo de analisar a relação de dependência após a imposição dos países imperialistas da hegemonia neoliberal como política econômica e social, em especial como essa nova cara do capitalismo mundial impacta os mecanismos trabalhados anteriormente, as transferências de valor e a superexploração da força de trabalho. Essa nova cara tem como uma de suas características fundamentais a generalização de um forte movimento especulativo do capital, chamado também de financeirização, em que a lógica especulativa se torna mais potente que a lógica produtiva, onde o capital produtivo se subordina ao capital especulativo (AMARAL, 2006, p. 57).

Para que isso possa ser exposto, será primeiro trabalhado acerca dos conceitos de capital industrial e capital fictício, com base na obra de Marx, para que possa ser discutido mais profundamente a questão da financeirização. No subcapítulo seguinte será trabalhado como o neoliberalismo se torna hegemônico por meio de imposição e como ele impacta diretamente os países dependentes. Ao final será analisado a inserção brasileira nessa nova fase do capitalismo.

4.1 CAPITAL FICTÍCIO E O CAMINHO PARA A FINANCEIRIZAÇÃO

Antes de trabalhar com os conceitos de capital industrial e fictício, é preciso aprofundar brevemente sobre o ciclo do capital e seus desdobramentos, para que fique claro a função que o capital comercial e o portador de juros exercem.

Marx (2014) reapresenta o ciclo do capital dividido em três estágios, D-M...P...-D'. No primeiro estágio (D-M) o capitalista vai ao mercado de mercadorias e de trabalho como um, comprador, em que seu dinheiro se transforma em mercadorias. No segundo estágio (P) essas mercadorias são consumidas dentro do processo produtivo e passam por um processo de valorização, que foi trabalhado no capítulo anterior. No último estágio (M-D') o capitalista volta ao mercado de mercadorias como um vendedor, onde sua mercadoria é transformada em dinheiro e o ciclo volta a sua origem (MARX, 2014, p. 107).

No primeiro estágio, quando o capitalista transforma D em M, divide sua compra entre meios de produção (Mp) e trabalho (T), em que a soma dos dois é o valor total

comprado. Essa compra é realizada em dois mercados diferentes e representa uma diferença qualitativa da compra do capitalista, tanto em forma, quanto na relação que o capitalista firma com o que foi comprado. No caso do trabalhador, o capitalista paga um salário, que corresponde a uma quantidade de trabalho que contém mais-valia e que corresponde a uma quantidade de horas diárias de trabalho, logo a compra de meios de produção está condicionada tanto em volume quanto em quantidade a quantidade de trabalho que será empregada no processo produtivo. Após essa compra, o capitalista:

Dispõe também de uma torrente de força de trabalho ou de uma quantidade maior de trabalho do que a necessária para repor o valor da força de trabalho e, ao mesmo tempo, dos meios de produção requeridos para a realização ou objetivação dessa quantidade de trabalho: dispõe, portanto, dos fatores necessários à produção de artigos de um valor maior que o de seus elementos de produção, ou seja, de uma massa de mercadorias que contém mais-valor (MARX, 2014, p. 110).

Por meio desse processo, o capitalista transforma o seu capital monetário, utilizado para comprar as mercadorias, em capital produtivo, que utilizará das mercadorias compradas para a realização do processo de valorização (produção). O valor correspondente a esse processo ainda é o mesmo que o anterior, porém assume uma forma de existência diferente.

O segundo estágio do ciclo do capital corresponde a produção em si, em que as mercadorias adquiridas pelo capitalista serão utilizadas para que o processo de valorização ocorra. Há um interrompimento da circulação de mercadorias, partindo para a produção da mercadoria em si, utilizando dos meios de produção adquiridos e da força de trabalho. Por conta do interrompimento da circulação, esse estágio não nos interessa para tratar acerca do capital fictício, logo iremos pulá-lo

O terceiro estágio corresponde a parte do ciclo após a produção da mercadoria, que é um resultado da força de trabalho incidindo sobre os meios de produção, acarretando em uma nova mercadoria (M'), que será vendida no mercado de mercadorias, se transformando em dinheiro, que corresponde ao valor da produção adicionado do mais-valor (D'). Dessa forma, o capital adiantado fecha seu ciclo com a realização da produção, retornando à forma-dinheiro, em que para a mais-valia é o primeiro momento de materialização monetária desse valor. No final, o capital se

encontra na mesma forma da qual ele entrou, podendo retomar sua atividade como capital monetário, a isso se deve o nome de ciclo monetário, porém com uma diferença em sua grandeza.

Por meio desse resgate, pode ser definido os diferentes capitais dentro do ciclo do capital e o próprio capital industrial,

As duas formas que o valor de capital assume no interior de seus estágios de circulação são a de capital monetário e capital-mercadoria; sua forma própria ao estágio da produção é a de capital produtivo. O capital, que no percurso de seu ciclo total assume e abandona de novo essas formas, cumprindo em cada uma delas sua função correspondente, é o capital industrial – industrial, aqui, no sentido de que ele abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista (MARX, 2014, p. 131).

Um ponto importante de ser tratado é que na esfera de circulação, há sempre mercadorias que procuram se transformar em dinheiro e dinheiro que procura se transformar em mercadorias. Ambos só são tratados como capital, ao vincular-se ao processo produtivo e tornarem-se parte constituinte do processo de exploração da força de trabalho (AMARAL, 2006, p. 59).

A partir disso, surge uma outra classe de capitalistas, que adquire a mercadoria produzida e revende a mesma mercadoria no mercado. O que antes era uma função secundária do produtor, agora se torna uma função específica e particular dessa classe de capitalistas, os comerciantes. Porém, como vimos anteriormente, a esfera da circulação não pode produzir mais-valia, pois nela não se encontra nenhum processo de incorporação de força de trabalho na mercadoria produzida, apenas sua compra e venda, “no processo de circulação não se produz nenhum valor, tampouco mais-valor. Nele ocorrem apenas alterações de forma da mesma massa de valor. (...) não guarda qualquer relação com a criação ou modificação do valor.” (MARX, 2017b, p. 321). Dessa forma, é preciso que já exista mais-valor incorporado na mercadoria para que ele possa ser apropriado pelo capitalista comercial, garantindo lucro em sua atividade.

O que, para o capital industrial, é um ato de venda ($M' - D'$) para o capital comercial representa compra ($D - M$) e este é seu momento de valorização, é o momento em que ele adquire mercadorias por um preço abaixo de seu valor em função de descontos concedidos pelo

capitalista industrial – para vendê-las posteriormente a um preço superior e então reter seu lucro. Ao fazê-lo, permite que este “capitalista ativo” (ou capitalista produtivo ou industrial) se retire imediatamente da esfera da circulação e retorne à fase produtiva do processo após a aquisição de novos MP e FT (AMARAL, 2006, p.60).

Esse processo faz com que o capitalista industrial possa ganhar tempo em seu ciclo de capital, não tendo mais que se ater a esperar suas mercadorias serem todas vendidas, permitindo que ele possa colocar em movimento mais vezes seu processo produtivo em comparação ao que podia antes da entrada do capital comercial, ampliando a sua produção de mais-valia. O capital comercial pode, então, ser chamado de uma espécie de facilitador da realização do processo produtivo, em que depende dele para ter lucros e para realizar sua função, porém não se envolve diretamente na produção de mercadorias (AMARAL, 2006, p. 61).

O capital comercial pode assumir também a forma de comércio de dinheiro, que será o ponto chave para a discussão acerca de financeirização, em que sua função dentro do processo produtivo se separa do capital industrial e se autonomiza, “cuja função capitalista consiste exclusivamente em efetuar essas operações [reserva de meios de compra, reserva de meios de pagamento, capital ocioso em forma de dinheiro] para a classe inteira dos capitalistas industriais e comerciais.” (MARX, 2017b, p. 359-360). Esse comércio tem sua origem com o “tráfico internacional” (MARX, 2017b, p. 361), em que os comerciantes que comprem no estrangeiro têm de converter suas moedas nacionais na moeda local, levando ao surgimento de um empreendimento de câmbio e, posteriormente, um banco de câmbio. Outra funcionalidade é de converter a moeda desejada em uma moeda universal, no caso o ouro e a prata, conferindo, também, a função de “mover-se entre as diversas esferas nacionais de circulação a fim de equilibrar os pagamentos internacionais e as migrações do capital em busca de juros” (MARX, 2017b, p. 362). O comerciante de dinheiro, o banqueiro, faz dessa função específica a sua atividade e se especializa nisso. Para isso, ele precisa agir como um entesourador, tendo sempre em posse meios de pagamento e compra para fornecer a classe inteira de capitalistas e, dessa forma, faz com que os capitalistas industriais precisem ter uma quantidade menor de tesouro para colocar em movimento seu capital, já que pode utilizar de empréstimos provenientes desse capitalista comercial de dinheiro.

O comércio de dinheiro não forma os tesouros, mas fornece os meios técnicos para que esse entesouramento [dos capitalistas industriais], na medida em que é voluntário (...), possa ser reduzido a seu mínimo econômico, uma vez que, quando administrados para a classe capitalista inteira, os fundos de reserva para meios de compra e de pagamento não precisam ser tão grandes como teriam de ser se cada capitalista administrasse seu fundo particular (MARX, 2017b, p. 365).

Vale ressaltar também que o comércio de dinheiro, assim como no caso do entesouramento, não é o responsável pela circulação do dinheiro, ela já está dada dentro do processo de circulação de mercadorias e resulta diretamente dela (AMARAL, 2006, p. 62).

Esse comércio possui uma forma geral específica, por aparecer dentro do processo somente no momento anterior ao processo produtivo, adiantando uma quantidade monetária ao capitalista industrial para que esse possa iniciar o processo produtivo, e recebe, ao final desse processo, uma quantidade maior da que foi adiantada. Essa forma geral pode ser representada por $D-D'$, em que D' é o valor adiantado somado a uma dedução da mais-valia do capitalista industrial.

Um importante resultado desse comércio de dinheiro é a criação do capital portador de juros, que assume essa forma com o pleno desenvolvimento do comércio monetário, em que ocorre "(...) a partir do momento em que suas funções ordinárias são complementadas pela concessão e pela contração de empréstimos e pelo crédito." (MARX, 2017b, p. 364). Esse capital não sofre transformações de forma ou de propriedade ao longo do processo de circulação, é transferido ao prestatário como dinheiro e volta as mãos do prestamista também como dinheiro, porém com um acréscimo ($D - D'$). A primeira fase é o que permite ao capitalista ativo comprar os meios de produção e a força de trabalho necessária para colocar em movimento seu capital, com a promessa do pagamento desse acréscimo ao final de seu processo produtivo, direcionando parte da mais-valia para esse pagamento. O capital portador de juros não participa ativamente do processo que gera seu próprio lucro, porém cria condições para que ele ocorra. O seu ciclo se inicia com o adiantamento ao capital ativo e termina quando há o pagamento do valor adiantado acrescido dos juros (AMARAL, 2006, p. 63).

Dessa forma, fica claro a importância tanto do capital comercial quanto do capital portador de juros para a facilitação dos processos de circulação de capital,

principalmente facilitando o capital ativo a produzir mais vezes, aumentando, também, a produção de mais-valia de modo geral. A mais-valia que antes era produzida em um período x de tempo, com a centralização de todas as partes da circulação de capital, pode agora ser produzida em períodos menores, devido a fragmentação e especialização das diversas fases dessa circulação. O capital comercial toma para si a função de comercialização das mercadorias produzidas, liberando o capitalista produtivo para recomeçar seu ciclo, e o capital portador de juros permite ao capitalista ativo não precisar acumular grandes quantidades de capital para realizar novos investimentos produtivos, acelerando seu processo de ampliação de valorização das mercadorias (AMARAL, 2006, p. 64).

Aqui tratamos os três capitais como três diferentes figuras dentro do processo, mas um mesmo capitalista pode assumir todas essas funções simultaneamente.

Esses dois tipos de capital – comercial e portador de juros – tem uma característica em comum que é de grande importância para analisar o capital fictício e seu protagonismo dentro das economias dependentes, que é a de ter um perfil pró-cíclico. Como trabalhado por Amaral (2006), tanto o capital comercial, quanto o capital portador de juros tendem a se comportar de maneira a agravar situações de crise, em que, para o capital comercial a crise significa uma diminuição no consumo da população, logo uma diminuição na velocidade em que consegue vender as mercadorias compradas do capitalista industrial. Isso faz com que ocorra um acúmulo das mercadorias, aumentando a oferta para além do vendável e impedindo a continuação do processo. Para o capital portador de juros, com uma situação de crise, o risco de um prestatário não realizar o pagamento dos juros se torna maior, logo os juros tendem também a aumentar. Com esse aumento, a lógica de acumulação tende a se sobrepor a lógica produtiva, fazendo com que os capitais que antes iriam se direcionar à produção, se direcionem ao capital de empréstimos.

O capital fictício, ponto chave dessa análise, surge a partir do capital portador de juros que financia processos produtivos, porém com uma diferença significativa, sua perda da base concreta da produção de mercadorias. Um capitalista que possui uma quantidade de capital monetário vacante pode optar por realizar um adiantamento de dinheiro para um capital industrial ou para o Estado por meio de compras de títulos ou ações. Esses títulos ou ações garantem ao comprador o direito de se apropriar de parte dos rendimentos do vendedor, podendo, também, vendê-lo

para outras pessoas, transferindo esse direito. Isso é possível pelo fato de que esses títulos se convertem em duplicatas de papel do capital real, “como se o conhecimento de carga obtivesse um valor separado do da carga e concomitante a ele. Convertem-se em representantes nominais de capitais inexistentes” (MARX, 2017b, p. 534). O fato dessas duplicatas mudarem de mãos não impacta o capital real, ele existe ao lado deles e não muda de propriedade.

Na medida em que a acumulação desses títulos expressa a acumulação de ferrovias, minas, navios a vapor etc., ela representa a ampliação do processo real de reprodução (...). Porém, como duplicatas que, em si mesmas, podem ser negociadas como mercadorias e, por isso, circulam como valores-capitais, elas são ilusórias, e seu montante de valor pode diminuir ou aumentar com absoluta independência do movimento de valor do capital real, sobre o qual são títulos (MARX, 2017b, p. 534).

O capital industrial ou o Estado absorve esse adiantamento e o realiza para qualquer fim que deseje, em que ao longo do tempo, essa soma de dinheiro deixa de existir concretamente. Esses títulos ou ações, todavia, continuam sendo vendidos e revendidos e continuam garantindo ao proprietário uma remuneração, que já não tem mais uma base concreta, logo é um capital fictício.

Por isto o capital é fictício; justamente porque, embora ele não exista mais de fato, embora já tenha sido gasto, embora já tenha perdido o vínculo com o processo efetivo de valorização, ele ‘produz’ ou justifica um rendimento que se estende *ad infinitum*, ele se valoriza por si próprio, autonomamente. (AMARAL, 2006, p. 66).

Esse caráter fictício fica ainda mais claro quando se olha somente para as ações, em que as flutuações de seu valor independem do capital produtivo que a empresa que vendeu as ações ponha ou não em movimento.

É muito importante ressaltar que o capital fictício se apropria de mais-valia produzida por um capital produtivo e real, porém os papéis que garantem o direito dessa apropriação são comprados e vendidos como qualquer outra mercadoria e seu valor varia sem rastro no movimento do capital real. É um capital que tem valor monetário efetivo, mas que perdeu seu lastro com a atividade que o justificou e que o

garante rendimento ao longo do tempo, estando muito mais atrelado ao movimento da taxa de juros do que com a produção (AMARAL, 2006, p. 68).

O grande impacto que esse tipo de capital tem é de criar uma opção ao capitalista de levar ao máximo a autovalorização do dinheiro, em que não precisa entrar em um processo produtivo para que se aproprie de mais-valia, possibilitando a sobreposição da lógica especulativa à lógica produtiva. Potencializa, então, a contradição máxima do capitalismo, o caráter social da produção e a apropriação privada de seus frutos. Também permite ao capitalista participar do movimento do capital ideal para seus lucros, em que o dinheiro autovaloriza sem nenhuma intermediação, $D - D'$, e sem nenhuma aparente relação com o capital real (AMARAL, 2006, p. 68-69).

É a partir desse funcionamento e dessa possibilidade que o processo de financeirização surge e ganha força, impondo diversas dificuldades para o capitalismo mundial e com muito mais força para as economias capitalistas dependentes, que será o objeto de estudo do próximo subcapítulo.

4.2 FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

Com o conceito de capital fictício trabalhado, é possível entender como o capitalismo mundial se torna para um processo de financeirização por meio de uma crescente e hegemônica ofensiva neoliberal. Para isso, é preciso, primeiro, entender brevemente o porquê ocorre esse movimento que cria as condições para que a financeirização ocorra.

Neste trabalho consideramos neoliberalismo como uma nova fase do capitalismo mundial e imperialista, que surge como uma resposta à crise dos anos 1960/1970, que abalou o poderio da classe como um todo e que buscou retomar o aumento da taxa de lucro. É importante pontuar que é inerente ao modo de produção capitalista a ocorrência de crises cíclicas – que são passíveis de superação por mecanismos próprios do modo de produção capitalista – de superprodução, em que tende a aumentar exponencialmente a produção de mercadorias para além da capacidade de absorção da sociedade, que tem sua capacidade de consumo deprimida por conta do próprio funcionamento da acumulação capitalista, em que aumentos de produtividade e aumentos de apropriação de mais-valia diminuem a capacidade da classe trabalhadora de comprar aquilo que foi produzido. Esse

fenômeno ocorre de maneira muito mais intensa quando analisamos um país dependente, que tem como parte fundamental de seu funcionamento a superexploração da força de trabalho (AMARAL, 2006, p. 70). Essa crise tem como base o esgotamento do padrão fordista e taylorista, além de um esgotamento atribuído ao estado de bem-estar social, também chamado de Welfare State. Suas principais características foram,

i) (...) uma forte redução das taxas de lucro como consequência da elevação nos salários da força de trabalho, (...) para além da tendência à queda inerente ao modo de produção capitalista; ii) (...) aumento exagerado da esfera financeira frente às esferas comercial e produtiva; iii) (...) uma intensa concentração de capitais como resultado de crescentes processos de fusões e aquisições; e iv) (...) exacerbação de processos de privatização de estatais, bem como de desregulamentação e flexibilização dos mercados (AMARAL, 2006, p. 70-71).

Como forma de superar a crise, foram adotadas algumas medidas que tem um caráter histórico e são feitas de maneira sistêmica quando o capitalismo entra em crise, como a redução nos salários e na tributação em cima dos investimentos produtivos, além de uma reestruturação produtiva para aumentar o número de rotações do capital, aumentando, também, as taxas de lucro. Porém, nesse período aparece o neoliberalismo como doutrina econômica, política e social, que garante uma recuperação das taxas de lucro com gritante força (AMARAL, 2006, p. 71). Esse tipo de política tem o Conselho de Washington como seu grande trunfo, sob as convicções de que os agentes dentro da economia tomam as decisões que tomam baseados único e exclusivamente em seus interesses pessoais, tendo um respaldo positivo na coletividade. O local onde a coletividade se realiza e onde ocorrem as interações é o mercado, logo este deve ser o mais livre possível – sem restrições a exploração da força de trabalho e com a destruição de diversos direitos sociais que garantiam a reprodução dos trabalhadores –, para que esses agentes possam operar livremente e colocar em ação seus interesses pessoais.

Dessa forma, algumas instituições internacionais dominantes, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, defendiam que os países deveriam tomar algumas medidas a fim de reformar tanto sua estrutura quanto sua superestrutura, a fim de aplicar as concepções do neoliberalismo dentro de suas economias (BRETTAS, 2024, p. 102). A principal indicação desses órgãos era de que

houvesse reformas nas economias com o objetivo de apoiar a iniciativa privada e retirar de cena a presença estatal das atividades econômicas, pois isso supostamente iria levar a uma retomada do investimento e ocorreria um “crescimento econômico com distribuição de renda” (AMARAL, 2006, p. 72). Em teoria, todas as economias deveriam implementar esse molde, mas o que ocorre é uma implementação pioneira e quase exclusiva na periferia capitalista, em especial na América Latina. É esse conjunto de medidas que abre espaço para que a financeirização ganhe força e se torne o *modus operandi* do capitalismo neoliberal, em que “Estes fatores propagaram-se de forma a favorecer os interesses capitalistas de caráter rentista e a dominação estadunidense, aprofundando a hierarquia do mercado mundial.” (BRETTAS, 2024, p. 102).

O termo financeirização é utilizado de diversas formas e permeia diversos conceitos diferentes para diferentes tradições. No presente trabalho, será utilizado o conceito de financeirização desenvolvido por Amaral (2006 & 2012) e por Brettas (2024). É reconhecido as críticas feitas, inclusive por teóricos marxistas, como Wallerstein (2003), Cipolla e Pinto (2010) e Brenner (2003), porém não serão trabalhados aqui.

Dessa forma, financeirização é tratada como uma mudança de rumo das economias capitalistas pós-1970 em direção ao setor financeiro, em que este ganha mais autonomia frente a outros setores. Não significa dominância propriamente dita do setor financeiro em relação ao capital industrial e comercial, mas um aumento na participação em transações financeiras.

Financeirização, em suma, não equivale à dominância dos bancos sobre o capital industrial e comercial. Mais do que isso, trata-se da autonomia cada vez maior do setor financeiro. O capital industrial e o capital comercial são capazes de tomar empréstimos em mercados financeiros abertos, sendo mais fortemente envolvidos em transações financeiras. Enquanto isso, as instituições financeiras têm procurado novas fontes de rentabilidade na renda pessoal e em atividades de mediação no mercado financeiro (LAPAVITSAS, 2008, p. 34 *apud* AMARAL, 2012, p. 87).

O conceito também é trabalhado como a predominância econômica que o setor financeiro consegue angariar frente a outros, em que é observado, por exemplo, empresas industriais agindo como agentes financeiros autônomos. De modo geral,

pode ser entendido também como o surgimento de um grupo de agentes, para além dos bancos, nos mercados financeiros que se incorporam a esse setor, porém que não possuem sua função voltada a esse mercado. Esse é o caso dos capitalistas industriais, capitalistas comerciais e os próprios trabalhadores, que atuam como um “sistema bancário sombra” (AMARAL, 2012, p. 87). O resultado disso é que a esfera financeira tem um crescimento muito maior quando comparado aos outros setores e incorpora uma espécie de simbiose entre setores financeiros e os industriais e comerciais, que se manifesta em três traços fundamentais, i) as grandes empresas não financeiras conseguem uma maior capacidade de autofinanciamento, reduzindo sua dependência do sistema bancário; ii) os bancos, por “perder” força no financiamento das atividades do capital industrial e comercial, expandiram suas atividades de mediação dentro dos mercados financeiros, inclusive com grande participação em empréstimos para famílias; e iii) as famílias ganham um espaço significativo dentro da esfera financeira, tanto como devedores quanto detentores de ativos (AMARAL, 2012, p. 88).

O que possibilitou essas empresas não financeiras a não dependerem dos bancos para seu financiamento gira em torno da liberalização e flexibilização dos mercados financeiros, em que as transações em mercados abertos se tornaram facilitadas e com baixo custo, conferindo as empresas de maior capital, principalmente os capitais monopolistas, a se tornarem “financeirizados”, se descolando da dependência aos bancos e se tornando fortemente envolvidos em suas atividades financeiras (AMARAL, 2012, p. 88). Isso faz com que os bancos tenham que mudar a forma de operar dentro da economia, reestruturando suas atividades, mudando o foco para famílias e indivíduos – que se mostram como importantes fontes de lucratividade, em que, com o aumento de crédito direcionado a essas famílias, parte da renda se torna comprometida pelo pagamento de juros – e para mediações de atividades financeiras, em que recebem taxas e comissões. Com isso, os lucros dos bancos se originam, em grande parte, da extração direta dos salários dos trabalhadores em vez da mais-valia paga pelos juros do capital industrial, em que há uma financeirização do consumo dos trabalhadores, que precisam tomar empréstimos para pagar gastos com saúde, educação, bens de consumo, entre outros, além de que direcionam parte dos rendimentos para compra de títulos, ações, fundos de pensão, etc., se tornando dependentes dessa esfera, em que “Esta seria a característica mais gritante e mais

perniciosa do processo de financeirização que emblematiza a atual fase do desenvolvimento do sistema capitalista.” (AMARAL, 2012, p. 89).

Vale lembrar, todavia, de que os lucros apropriados pelos capitalistas na economia são auferidos a partir da extração da mais-valia e essa só pode ser produzida por meio do trabalho humano, ou seja, somente a partir da produção é possível que uma mercadoria incorpore mais-valia e possa ser apropriada. Essa mais-valia será transformada em lucro para os diversos capitalistas presentes na economia. Com a predominância da esfera financeira e um aumento dos fluxos financeiros, cria-se, também, uma pressão para o aumento da extração da mais-valia, para que seja possível alimentar os rendimentos da esfera financeira (BRETTAS, 2024, p. 103). Isso torna aparente uma contradição fundamental desse processo, que, apesar das finanças possuírem uma rentabilidade mais atrativa ao capital – mobilizando uma quantidade cada vez maior de recursos para essa esfera – o investimento produtivo é a única maneira de sustentar a apropriação de lucros.

As crises recentes são uma prova de que os crescimentos quantitativo (volume) e qualitativo (sua diversificação e complexificação) das finanças, mesmo parecendo descolar do mundo produtivo, estão submetidos à lei do valor. Esta lei acaba se impondo em algum momento e “estourando” as enormes bolhas especulativas, fazendo desaparecer trilhões e transformando em pó as expectativas de rentabilidade baseadas no capital fictício. (BRETTAS, 2024, p. 103).

Essa nova fase do capitalismo inaugura, também, uma alteração na forma como as relações de produção se dão dentro do sistema capitalista e, conseqüentemente, altera em alguns aspectos a forma e a magnitude de mecanismos de dependência (AMARAL, 2012, p. 111). Há um processo de grande força no capitalismo neoliberal e financeirizado que consiste na criação da figura exacerbada do empreendedorismo, que mistifica uma crescente precarização do trabalho, acompanhado do subemprego e do trabalho intermitente, que tem como função para o capital a redução de custos e o aumento da produção da mais-valia, como foi trabalhado no capítulo anterior, conferindo aos ativos dessa empresa uma atratividade maior para os investidores financeiros, tanto nacionalmente, quanto internacionalmente (BRETTAS, 2024, p. 104). Esses e outros mecanismos, tem o impacto de intensificar as transferências de valor da periferia em direção ao centro,

aumentando o grau de superexploração da força de trabalho, possibilitando a disseminação da exportação de capitais e das remessas de lucros e pagamento de juros.

Também se observa que, nos países periféricos, com a implementação da cartilha neoliberal há uma elevação hierárquica dos setores financeiros, em que a figura do Estado se torna o garantidor dos mercados pelo qual esse setor irá operar e produzir sua acumulação. A esfera financeira se torna, de certa forma, um guia para a condução das políticas de Estado e de país. O efeito disso é uma diminuição da esfera produtiva na periferia capitalista, tanto em relevância política quanto em tamanho, como é percebido com taxas de crescimento menores das aferidas em anos anteriores à década de 1980 (AMARAL, 2012, p. 115). Percebe-se, também, uma mudança na perspectiva da produção, na qual o desenvolvimento industrial latino-americano torna sua atenção para uma maior especialização na produção primário-exportadora, com a justificativa ricardiana das vantagens comparativas, intensificando transferências de valor por meio da troca desigual (AMARAL, 2006, p. 72-73). O resultado disso é que os países periféricos perdem capacidade de negociar com organismos financeiros internacionais e com empresas transnacionais, resultando em uma crescente fragilidade financeira, em que os diversos capitais externos se deslocam entre os mercados financeiros dependentes, que passaram por uma liberalização com o neoliberalismo, com o objetivo de lucrar pela lógica especulativa, gerando uma maior vulnerabilidade externa, ou seja, diminui a capacidade do país dependente de responder a mudanças abruptas na direção dos fluxos de capitais externos (AMARAL, 2006, p. 75).

Dessa forma, é possível analisar como ocorre a inserção brasileira dentro do contexto dessa nova fase neoliberal e financeirizada do capitalismo e como esse caso específico ilustra de maneira efetiva o impacto nos países dependentes desse período.

4.3 FINANCEIRIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A economia brasileira é a maior economia da América Latina, mas mantém plenamente as características de uma economia dependente. Teve como principal herança em sua formação sócio-histórica o colonialismo e a escravocracia e quando garante sua independência formal, mantém por mais 66 anos o regime escravocrata.

Mantém, também, sua posição dependente dentro do sistema capitalista mundial e como um produtor de bens primários, destinados à exportação para os países centrais. Há um padrão de baixa valorização da força de trabalho e passa pelos processos de superexploração da força de trabalho, como forma de reprodução do sistema capitalista dependente, mesmo após a Proclamação da República e abolição da escravidão, sem mudanças estruturais na propriedade fundiária e nas relações de poder e de produção. Sua posição frente ao sistema capitalista mundial se altera significativamente ao longo do século XX, conforme as relações de produção no centro também se alteram (AMARAL, 2012, p. 118).

Similarmente aos outros países latino-americanos, após a invasão europeia, se torna um território de espoliação pelos países colonialistas e com o desenvolver dessa relação se torna um produtor de produtos primários de baixa densidade tecnológica, que se estende até o início do século XX. A partir da década de 1950, a economia brasileira se torna grande receptora de capital externo, principalmente com investimentos estrangeiros diretos focados na indústria, que se direcionam ao consumo interno. A partir da década de 1970 com as duas crises do petróleo, se torna tomador de empréstimos em moeda estrangeira, que resultará na crise da dívida externa dos anos 1980 (AMARAL, 2012, p. 116-117). Importante momento histórico desse período é a promulgação da Constituição de 1988, atualmente vigente, que garante diversos avanços em relação a seguridade social, porém muito fica em aberto, que deveriam ser regulamentadas por meio de emendas constitucionais e leis complementares, deixando sem resolução a auditoria da dívida pública, a questão agrária, urbana e tributária que, mesmo que previstas na constituição, foram inviabilizadas por opção política dos governantes e por dominação da aristocracia financeira, que se beneficiam amplamente da especulação financeira exercida sobre a terra rural e urbana, além do benefício de ter que pagar quantidades baixíssimas de tributos em relação a renda (DILIGENTI & ARAUJO, 2019a, p. 72). Na década seguinte, a economia brasileira se torna uma espécie de plataforma internacional de valorização financeira, decorrente das medidas de reforma estrutural, com objetivo de liberalização e desregularização, principalmente dos mercados financeiros, e da adoção plena do ideário neoliberal. Nessa última fase, “uma outra face do mesmo processo é a desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações do país

como resultado do excesso de solares e da sobrevalorização da moeda doméstica.” (AMARAL, 2012, p. 116).

Vale ressaltar que na década de 1980, o Brasil é inserido dentro da ciranda financeira por questões externas – principalmente decorrente da explosão da dívida externa –, sendo, de certa forma, uma vítima passiva da financeirização que já havia avançado bastante dentro das economias imperialistas. Pode-se afirmar que adentrou na esfera financeira mundial de forma alheia a sua vontade. O oposto ocorre na década de 1990, em que diversas medidas e políticas são tomadas com o objetivo de inserir a economia brasileira de cabeça na lógica da financeirização, como a liberalização dos mercados financeiros, abertura comercial completa, privatizações de estatais etc., tendo como a base de sua política absorver capital externo e remetente de recursos em direção aos países imperialistas por meio de pagamento de rendimentos exigidos por esses mesmos capitais ingressantes (AMARAL, 2012, p. 117). O Brasil se insere na ciranda financeira a partir de 1990 de maneira consciente e por opção política, sob as justificativas neoliberais que empestevam – e continuam a empestear – os governantes da época, tendo como um resultado imediato o aumento do fluxo de transferências do excedente produzido dentro da economia periférica em direção aos países centrais, porém com uma nova alternativa para além da exportação de capitais e do pagamento de juros e remessas de lucro, que foram trabalhadas anteriormente, que resulta da estratégia de acumulação de reservas internacionais dessas economias como reação ao fluxo de capital especulativo, que tem como característica principal sua volatilidade e instabilidade. Esse capital especulativo tem um grande potencial de provocar crises financeiras, em que podem facilmente sair de um país dependente e migrar para outro por qualquer motivo que seja, levando a uma quebra da dinâmica financeira do país que estava.

Essa estratégia tem o efeito de potencializar a posição dos países dependentes como acumuladores de déficit e passam de devedores externos para acumuladores de reservas internacionais em dólar, que

(...) ao contrário do que pode parecer, este último status é tão prejudicial a estas economias quanto foi o processo de endividamento que deu origem à crise das dívidas nos anos 1980. Se, antes, os países dependentes transferiam recursos às economias centrais sob a forma de juros e amortização de dívidas e se encontravam nitidamente à mercê dos fluxos

internacionais de capitais e das definições externas de política econômica, hoje estes países estão amarrados a uma estratégia de ampliação do nível das reservas internacionais, o que faz com que o fluxo líquido de capitais seja negativo, uma vez que, a despeito das massivas entradas de capitais privados (AMARAL, 2012, p. 118).

Essas reservas são investidas necessariamente em ativos seguros dentro dos mercados financeiros globais e estes são emitidos pelos países imperialistas, principalmente pelos EUA, que emitem o dinheiro mundial e tem a capacidade de ofertar títulos de seu tesouro que rendem esse mesmo dinheiro mundial, o dólar. Esse movimento faz com que ocorra um proporcional aumento do endividamento público interno, como forma de conter pressões inflacionárias decorrentes do fluxo do capital externo (AMARAL, 2012, p. 119). Esse endividamento público, que é acompanhado da emissão de títulos de dívida, dá as condições para a criação da rentabilidade do capital rentista, em que

Muitas das alavancas para o crescimento das finanças foram operadas via desregulamentações diversas e o uso do fundo público. Daí a importância do crescimento exponencial da dívida pública e de um conjunto de alterações na gestão dos recursos para permitir o direcionamento de volumosos montantes públicos para o capital fictício. (BRETTAS, 2024, p. 108).

Isso garante a reprodução ampliada do capital financeiro financeirizado dentro da economia brasileira e vai ao encontro dos interesses dos países imperialistas, que, como citado anteriormente, sofre com quedas bruscas da taxa de lucro decorrente do esgotamento do padrão produtivo na década de 1960 e 1970, encontrando no capital rentista a forma de retomar taxas de lucro anteriores, contando com as transferências de valor decorrente desse processo. “O crescimento da mobilidade de capitais possibilitado pela intensificação dos fluxos financeiros (...) se constituiu como uma alternativa para contornar a tendência decrescente da taxa de lucro enfrentada nos países imperialistas.” (BRETTAS, 2024, p. 108). Para o Brasil, esse movimento se traduz, também, em um “ajuste fiscal permanente” (DILIGENTI & ARAUJO, 2019a, p. 71), que estabelece um tripé macroeconômico que guia a política de Estado desde a década 1990 até a atualidade – com pequenos interregnos ao longo das três décadas –, que indica também o favorecimento ao capitalista rentista, “sob a égide de redução máxima das despesas (sociais) do Estado, priorizando poupar recursos para o

pagamento do serviço financeiros da dívida pública, favorecendo com isto, sobremaneira, a elite rentista.” (DILIGENTI & ARAUJO, 2019a, p. 72).

Esse processo começa com os governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC) – que tem um perfil de ortodoxia neoliberal explícito – e se estende pelo mandato de Lula e da Dilma Rouseff – com uma abordagem social-liberal –, em que houve alguns avanços em relação a programas sociais e políticas de consumo das massas, mas ao mesmo tempo se manteve a política do tripé e foi implementada a contrarreforma previdenciária em 2003 e 2005 – extensamente prejudicial aos trabalhadores –, foi feita a concessão de portos e aeroportos à iniciativa privada, houve a manutenção da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e houve grande elevação da taxa de juros, garantindo lucros históricos para os bancos. Após 14 anos desse ciclo social-liberal, houve um esgotamento desse padrão, muito influenciado pela crescente crise econômica mundial, que termina por culminar no golpe parlamentar sofrido pela então presidenta (DILIGENTI & ARAUJO, 2019, p. 72-73). Assume a presidência Michel Temer e, posteriormente Jair Bolsonaro, que irá retornar à abordagem explícita ortodoxa neoliberal, adotando políticas alinhadas com a chamada “Ponte Para o Futuro”, com retrocessos nos âmbitos fiscal, trabalhista e previdenciário.

No âmbito fiscal temos a implementação da Emenda Constitucional 95/2016, também chamada de Teto de Gastos, que proibiu qualquer reajuste real das despesas não financeiras por 20 anos, inviabilizando o aumento dos gastos sociais, independente de crescimentos populacionais, crescimento econômico etc. Logo, o efeito é uma diminuição dos gastos públicos não financeiros ao longo dos anos. Posteriormente o Teto de Gastos se mostraria incapaz de possibilitar, inclusive, a manutenção do Estado e foi diversas vezes furado ao longo de sua existência (DILIGENTI & ARAUJO, 2019, p. 7; DALTO, 2021, p. 122). Ocorreu, também, a ampliação da alíquota da DRU para 30%, que tem como seu propósito retirar parte das receitas do Estado que teriam de ser destinadas a áreas específicas, principalmente de seguridade social, como saúde e educação, e direcioná-las para outros fins, em que a “medida se impõe para gerar maior superávit [primário] e seguir remunerando juros da dívida pública” (DILIGENTI & ARAUJO, 2019b, p. 7).

É importante destacar que a dívida pública no Brasil se torna um dos grandes mecanismos basilares do processo de financeirização específico do país, em que este

se constitui como o centro da acumulação financeira – por conta de seu funcionamento como capital fictício, com a contínua remuneração através do pagamento de juros mesmo após o montante real não existir mais –, diferentemente do que acontece nos países centrais, que o centro se encontra no mercado de capitais, onde “a financeirização, na medida em que vem acompanhado de pouco crédito e de alto custo, estimula a especulação no mercado de títulos de dívida pública, tendo em vista que é bem mais fácil e lucrativo emprestar dinheiro ao Estado.” (BRETTAS, 2024, p. 110). Dada sua importância, se torna necessária sua manutenção através de mecanismos citados anteriormente, de altas taxas de juros e pelo aumento constante da pilhagem de recursos dos fundos públicos.

Constata-se, com isso, a importância na manutenção do poder das frações rentistas e sua capacidade de empreender medidas de ajuste extremamente restritivas, onerando pesadamente a classe trabalhadora. Este fato ajuda a explicar porque as economias dependentes gastam muito mais com a dívida pública do que os países imperialistas e a centralidade nas metas de superávit primário que marcam as políticas de ajuste fiscal dos organismos multilaterais. Em outras palavras, a dívida pública ganha importância para alavancar a transferência de valor e, via os serviços da dívida, alimentar a rentabilidade financeira (BRETTAS, 2024, p. 110).

Na área trabalhista foi implementada uma contrarreforma trabalhista, sob a Lei nº 13.467/2017, modificando mais de 100 artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que tiveram o efeito de precarizar o trabalho no Brasil, na qual se autoriza demissões em massa, regime de trabalho intermitente, e uma negociação individual de condições de trabalho, que se torna um grande empecilho para a asseguaração dos direitos trabalhistas, visto que o Brasil conta com um EIR massivo, possibilitando ao capitalista prejudicar o trabalhador sem nenhum tipo de contrapartida. Essa contrarreforma tem o efeito de intensificar e aprofundar a superexploração da força de trabalho, ampliando as bases legais para que isso possa ocorrer (DILIGENTI & ARAUJO, 2019b, p. 7).

Por último, no âmbito previdenciário foi feita uma contrarreforma em 2019, já no governo de Jair Bolsonaro, sob uma falsa premissa de combate a privilégios e correção do déficit. O que é feito, na verdade, é um grande retrocesso na seguridade social das camadas mais vulneráveis da população e mais um passo para a intensificação e legitimação da ampliação da superexploração da força de trabalho.

Foi criada a idade mínima necessária para se aposentar, 65 para homens e 62 para mulheres, além de precisar ter tido 40 anos de contribuição para acesso ao direito em sua completude. A combinação de ambos os limites dificulta extensivamente o acesso à aposentadoria, visto que o país passa por um processo de aumento da informalidade, possibilitado pela contrarreforma trabalhista, dificultando, principalmente para os trabalhadores mais precarizados, o cumprimento dos requisitos de tempo de contribuição. É importante ressaltar também que não é considerado o desgaste desigual das mulheres, que trabalham jornadas duplas ou triplas ao longo de suas vidas (DILIGENTI & ARAUJO, 2019a, p. 74).

Todas essas medidas e contrarreformas aprofundaram a superexploração da força de trabalho e retiraram/diminuíram diversos direitos sociais conquistados por meio de muita resistência e luta da classe trabalhadora brasileira, aumentando transferências de valor e aumentando a participação do capital fictício dentro dos processos de reprodução do capital.

Traz também a legitimidade política necessária para sustentar alterações na gestão dos recursos do Estado e viabilizar a pilhagem em escala cada vez maior. Legítima também alterações no campo dos direitos sociais e trabalhistas, bem como a venda de patrimônio público, o que possibilita atender aos interesses do capital financeiro financeirizado e potencializar o aprofundamento das relações capitalistas (BRETTAS, 2024, p. 111).

Essa nova fase do capitalismo mundial, neoliberal e financeirizado, atinge o Brasil com força, assim como atinge outros países da periferia capitalista. Tornou a economia brasileira mais vulnerável a flutuações externas e alavancou a financeirização por meio da atuação da dívida pública. A relação de dependência se mantém inalterada, em que ao aprofundar as bases do capitalismo dentro do país, aprofundamos também a dependência, a superexploração da força de trabalho e a precarização da vida do trabalhador.

5 CONCLUSÃO

A proposta desse trabalho era de resgatar as principais categorias teóricas da Teoria Marxista da Dependência – que surgem como uma contraposição a visão desenvolvimentista, que teve grande presença no pensamento econômico do século XX – e de analisar a nova fase que a dependência dos países latino-americanos, em especial o Brasil, assume a partir da implementação do neoliberalismo e da ascensão do processo de financeirização.

Por meio dos dois primeiros capítulos, é possível afirmar que o capitalismo mundial é desigual e excludente por definição. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são um par dialético, em que um não existe sem o outro, diferentemente do que é apontado pela visão desenvolvimentista, que, por muitas vezes, afirmou que faltava capitalismo nos países latino-americanos e que isso era o maior obstáculo impedindo o “desenvolvimento” desses países.

As principais características da dependência estão na subordinação da produção desses países com o fim de suprir as necessidades dos países imperialistas, as transferências de valor – como a troca desigual, a exportação de capitais e o pagamento de juros e remessas de lucros, que fazem com que a economia dependente tenha parte de sua produção de valor apropriada fora de seu território, gerando um vazamento de recursos – e a superexploração da força de trabalho – que consiste no pagamento ao trabalhador abaixo de seu limite normal, gerando uma reprodução atrofiada, comprovada por indicadores de desnutrição, insegurança alimentar, expectativa de vida etc.

O neoliberalismo, acompanhado da financeirização, tem o efeito de aprofundar as relações de dependência e aprofundar as consequências dela, piorando a capacidade do trabalhador de se reproduzir, aumentando as transferências de valor e gerando um processo de reprimarização dentro das economias dependente e de aumento de vulnerabilidade externa.

REFERÊNCIAS

- AARÃO, J. S. A. *DEPENDÊNCIA, LEI DO VALOR E MERCADO MUNDIAL: Estudo crítico sobre os fundamentos da teoria de Ruy Mauro Marini*. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2018.
- AMARAL, M. S. *A INVESTIDA NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA E AS NOVAS DETERMINAÇÕES DA DEPENDÊNCIA*. Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
- AMARAL, M. S. *TEORIAS DO IMPERIALISMO E DA DEPENDÊNCIA: A ATUALIZAÇÃO NECESSÁRIA ANTE A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO*. São Paulo: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012.
- BRENNER, R. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003
- BRETTAS, T. Financeirização no capitalismo dependente no Brasil: notas introdutórias. **Germinal Marxismo e Educação em Debate**, v. 16, n. 3, p. 92–114, 2024.
- CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho Educação e Saúde*, 11(1), 191–205. <https://doi.org/10.1590/s1981-77462013000100011>, 2013.
- CIPOLLA, F. P. e PINTO, G. C. R. “Crítica das Teorias da Financeirização”. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política*, 1 a 4 de junho. São Luis: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2010.
- DILIGENTI, M. P.; ARAUJO, R. S. Nova Previdência: o austericídio neoliberal sob a ótica da teoria marxista da dependência. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 18, n. 1, p. 67–77, 2019.
- DILIGENTI, M.P.; ARAUJO, R.S. A CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL: financeirização e dependência. **III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, Florianópolis, 2019.
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LEITE, L. M. *O CAPITAL NO MUNDO E O MUNDO DO CAPITAL: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx*. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2017

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *Germinal Marxismo e Educação em Debate*, 9(3), 325. <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>, 2017.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *O capital, Livro I*. Boitempo Editorial, 2017a.

MARX, K. *O capital, Livro II*. Boitempo Editorial, 2014.

Marx, K. *O capital, Livro III*. Boitempo Editorial, 2017b.

SMITH, J. *Imperialism in the twenty-first century: Globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. Monthly Review Press, 2017

TELES, G. C. A *TECNOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE: A superexploração da força de trabalho em Karl Marx e Ruy Mauro Marini*. UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2017.

WALLERSTEIN, I. "Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema Mundo". In: CHESNAIS, F. et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.